



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Atitudes face à União Europeia e voto em partidos populistas radicais: o papel moderador da ideologia do partido

Marta Antão Almeida

Mestrado em Ciência Política

Orientador:

Doutor Luca Manucci, Investigador Auxiliar
ICS - Universidade de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Associado com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

junho, 2026



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Atitudes face à União Europeia e voto em partidos populistas radicais: o papel moderador da ideologia do partido

Marta Antão Almeida

Mestrado em Ciência Política

Orientador:

Doutor Luca Manucci, Investigador Auxiliar
ICS - Universidade de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Associado com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

junho, 2026

*Aos meus pais,
pelo amor que me trouxe até aqui.*

Agradecimentos

Um agradecimento ao meu orientador, Luca Manucci, e ao coorientador, José Santana Pereira, não só pela partilha de conhecimento, disponibilidade, incentivo e orientação ao longo deste trajeto, mas sobretudo pela paciência e compreensão.

Aos meus pais, o meu profundo e sentido agradecimento por serem o meu porto seguro em todos os momentos. Pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por nunca deixarem de acreditar em mim. São a base de tudo o que sou e de tudo o que conquisto.

Aos meus irmãos, obrigada por estarem sempre presentes ao longo deste percurso. Ao meu irmão mais velho, por seres o meu exemplo, pela força e pela forma como me motivas a querer ir mais longe. Ao meu irmão mais novo, obrigada pelo carinho e pela leveza que trazes aos meus dias, sobretudo naqueles mais difíceis. À minha cunhada, obrigada por teres sido sempre a voz da compreensão e por teres tornado este percurso mais leve.

Aos meus avós, por todo o amor, ternura e sabedoria que me deram ao longo da vida.

À minha madrinha, obrigada pelo exemplo que és, pela forma como enfrentas a vida com coragem, e por mostrares, todos os dias, o significado de resiliência e amor.

Um agradecimento especial à minha melhor amiga Débora, por estar presente em todas as etapas da minha vida, hoje e sempre. Um obrigada às minhas amigas, Madalena e Catarina, que me acompanharam nesta aventura. E à minha querida amiga Teresa, que foi colo, casa e abraço. Foi um privilégio fazer também parte do teu percurso.

Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós, deixam um pouco de si e levam um pouco de nós. Obrigada, avô João, por, mesmo noutro universo, teres deixado neste a tua presença.

Se hoje encerro este capítulo é graças a vocês, não só por me apoiarem, mas por vibrarem com as minhas conquistas. Um obrigada, a todos, do fundo do coração.

Resumo

Este estudo analisa a relação entre as atitudes face à União Europeia e o voto em partidos populistas radicais, bem como a sua influência nos processos de mudança de voto entre eleições, distinguindo entre partidos populistas de direita e de esquerda radical. Com base em dados de inquérito relativos às eleições europeias de 2024, procura-se testar um conjunto de hipóteses que articulam atitudes face à unificação europeia, satisfação com a democracia na União Europeia, perceções de representação por parte dos eurodeputados e de justiça nas eleições europeias. Os resultados confirmam, no geral, que o voto em partidos populistas radicais está fortemente associado a estas atitudes face ao projeto europeu. Contudo, contrariamente ao esperado, a perceção de representação dos eurodeputados não evidencia uma relação com o voto populista radical nem com os processos de mudança de voto. Assim, o estudo contribui para a compreensão das especificidades do comportamento eleitoral em eleições europeias, destacando o papel central dos fatores estruturais e contextuais na explicação do voto populista radical.

Palavras-Chave: Partidos Populistas Radicais, União Europeia, Eleições Europeias, Comportamento Eleitoral, Mudança de Voto

Abstract

This study analyses the relationship between attitudes towards the European Union and voting for radical populist parties, as well as its influence on changes in electoral preference between elections, distinguishing between right-wing and radical left-wing populist parties. Based on survey data from the 2024 European elections, the study seeks to test a set of hypotheses linking attitudes towards European unification, satisfaction with democracy in the European Union, perceptions of representation by members of the European Parliament (MEPs), and perceptions of fairness in European elections. The results generally confirm that voting for radical populist parties is strongly associated with these attitudes towards the European project. However, contrary to expectations, perceptions of MEPs' representativeness do not reveal a relationship with the radical populist vote or with voting switch processes. Thus, the study contributes to an understanding of the specific characteristics of electoral behavior in European elections, highlighting the central role of structural and contextual factors in explaining the radical populist vote.

Keywords: Radical Populist Parties, European Union, European Elections, Electoral Behaviour, Voting Switch

Índice

Índice de Quadros.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1. Partidos populistas radicais e voto em eleições europeias	3
1.1. Populismo e partidos populistas radicais.....	3
1.2. Voto em eleições europeias e o papel do euroceticismo no crescimento da presença dos populistas no Parlamento Europeu	11
Capítulo 2. Objetivos, hipóteses e metodologia.....	18
2.1. Objetivos e hipóteses	18
2.2. Dados e operacionalização das variáveis.....	22
Conclusões	38

Índice de Quadros

Quadro 2.1. Partidos populistas radicais incluídos na análise	24
Quadro 3.1. Determinantes do voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Binária)	29
Quadro 3.2. Determinantes do voto em partidos populistas radicais de direita e de esquerda nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Multinomial)	32
Quadro 3.3. Determinantes da mudança de voto em partidos populistas tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Binária)	35
Quadro 3.4. Efeitos das variáveis independentes nas diferentes variáveis dependentes	37

Introdução

Nas últimas décadas, os sistemas políticos europeus têm sido profundamente transformados pela ascensão e consolidação dos partidos populistas radicais, tanto de direita como de esquerda. Inicialmente considerados fenómenos marginais, estes partidos afirmaram-se progressivamente como atores relevantes e duradouros, capazes de mobilizar segmentos significativos do eleitorado (Mudde, 2007; Rooduijn, 2015; Kriesi et al., 2008). A sua emergência tem sido associada a transformações a longo prazo, como a globalização económica, a erosão das lealdades partidárias tradicionais e a crescente contestação às instituições europeias (Dalton, 2013; Norris & Inglehart, 2019). No contexto europeu, esta lógica tem sido frequentemente associada à crítica ao processo de integração europeia, tornando a União Europeia um dos alvos centrais do discurso populista (Taggart, 1998; Hooghe & Marks, 2009).

Durante grande parte do pós-Segunda Guerra Mundial, o processo de integração europeia foi conduzido predominantemente pelas elites políticas, que partilhavam um consenso favorável ao projeto, enquanto a União Europeia permanecia pouco visível e pouco relevante para a maioria dos eleitores (Hooghe & Marks, 2009). Contudo, a partir do Tratado de Maastricht – e, sobretudo após as sucessivas crises que marcaram a última década, nomeadamente a crise económica e financeira, a chamada “crise migratória” e o referendo do *Brexit* – a União Europeia tornou-se um objeto central de contestação política, mobilizando clivagens económicas, culturais e identitárias (Kriesi et al., 2006; Kriesi et al., 2008; Freire & Moury, 2014; Magone, 2015; Hobolt & de Vries, 2016a; 2016b; Hutter & Kriesi, 2019). Neste contexto, as atitudes face à União Europeia revelam-se fortemente associadas ao apoio aos partidos populistas radicais, em particular nas eleições para o Parlamento Europeu, onde as questões europeias assumem maior centralidade (Hooghe & Marks, 2009; Hobolt & Spoon, 2012; Werts et al., 2013; Vasilopoulou, 2018).

O principal objetivo desta dissertação é analisar de que forma as atitudes individuais face à União Europeia se relacionam com o apoio eleitoral a partidos populistas radicais de direita e de esquerda, bem como com os padrões de mudança de voto observados nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024. O estudo procura responder à seguinte questão central: “Em que medida as atitudes dos eleitores face à União Europeia influenciam o voto em partidos populistas de direita e de esquerda radical nas eleições para o Parlamento Europeu?”. A esta pergunta associa-se uma subquestão: “De que forma essas atitudes se articulam com dinâmicas

de mudança de voto, em particular a transição de eleitores de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições europeias?”.

As eleições europeias têm sido tradicionalmente analisadas à luz do modelo das eleições de segunda ordem, caracterizadas por menor participação eleitoral, penalização dos partidos incumbentes e maior propensão para o voto em partidos pequenos ou de protesto (Reif & Schmitt, 1980; van der Eijk & Franklin, 1996). No entanto, a crescente politização da integração europeia levou ao desenvolvimento de abordagens alternativas que sublinham o papel das atitudes face à União Europeia como determinantes diretas da escolha de voto, tanto em eleições nacionais como europeias (de Vries, 2007; Hix & Marsh, 2007; de Vries et al., 2011). Paralelamente, as democracias europeias têm assistido a um aumento da volatilidade eleitoral, visível na erosão das identificações partidárias tradicionais, na maior frequência de mudança de voto e no crescimento da abstenção (Pedersen, 1979; Dalton, 2013; Dassonneville, 2015). Este contexto de maior instabilidade criou oportunidades para os partidos populistas radicais, permitindo-lhes captar eleitores provenientes de partidos tradicionais e converter o descontentamento político em apoio eleitoral (Rooduijn, 2015; Voogd & Dassonneville, 2020).

Estudar estes fenómenos em conjunto – as atitudes face à União Europeia e a mudança de voto – é fundamental, pois ambos têm contribuído para alterar profundamente o panorama eleitoral europeu. Contudo, grande parte da literatura privilegia análises agregadas, dedicando menor atenção aos microfundamentos do voto, ou seja, aos mecanismos individuais que explicam a transição de eleitores de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições europeias. Ao centrar-se nos microfundamentos, num contexto de elevada politização da integração europeia, esta dissertação procura contribuir para uma compreensão mais profunda dos mecanismos que sustentam a consolidação do populismo radical e o papel estruturante que a União Europeia desempenha na reorganização das clivagens políticas. Para a análise, recorrem-se a dados do *European Election Study* (EES) de 2024, num momento particularmente relevante por combinar um contexto de elevada politização europeia com a consolidação do populismo como força estrutural nos sistemas partidários.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta a revisão de literatura, com enfoque no conceito de populismo, nos fatores explicativos da emergência dos partidos populistas radicais, as dinâmicas do comportamento eleitoral em eleições europeias e a volatilidade do voto. O capítulo seguinte é dedicado ao desenho de pesquisa, incluindo os objetivos, hipóteses e a metodologia utilizada. Segue-se a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, o capítulo que sintetiza as principais conclusões, identifica as limitações e aponta caminhos para futuras investigações.

Capítulo 1. Partidos populistas radicais e voto em eleições europeias

1.1. Populismo e partidos populistas radicais

O populismo tem sido amplamente debatido na literatura em Ciência Política, sendo frequentemente conceptualizado como uma ideologia de baixa densidade. Inspirando-se em Freedman (1996, 1998), Mudde (2004) define-o deste modo, destacando a necessidade deste se associar com ideologias mais abrangentes, tanto de esquerda como de direita. Este enquadramento converge com a abordagem ideacional hoje dominante, que concebe o populismo como um conjunto de ideias assente em duas dimensões principais – a centralidade do povo (*people-centrism*) e o anti-elitismo – e que deve ser claramente, distinguido de fenómenos adjacentes, como o nativismo e o euroceticismo (Rooduijn, 2019).

Nesta perspetiva, o populismo assenta em três elementos centrais comuns às suas diferentes manifestações. Conforme Mudde (2004): antagonismo moral entre o povo virtuoso e a elite decadente, a homogeneidade do “povo” em torno de uma vontade geral única e a expressão direta da vontade popular. Assim, o autor define-o como “uma ideologia que considera a sociedade separada (...) em dois grupos homogêneos e antagónicos, "o povo puro" *versus* "a elite corrupta", e defende que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004, p.543, *minha tradução*). Müller (2016) complementa que os populistas reivindicam o monopólio da representação, afirmando que “eles, e somente eles, representam o povo” (p.3, *minha tradução*). No entanto, restringir o populismo a definições fixas de povo e elite constitui um erro, uma vez que estas noções – ou seja, os significados destes termos – variam em função de fatores ideológicos (Katsambekis, 2016).

Assim, o populismo parte de uma visão antagonista da sociedade, concebida como dividida em dois grupos homogêneos e opostos: povo puro e elite corrupta, e defende a soberania popular absoluta, entendida como a necessidade de a política refletir diretamente a vontade do povo. Independentemente da orientação ideológica, a mensagem populista constrói-se em torno destas componentes (Mudde, 2004, 2007). A centralidade do povo recupera a ideia de que a soberania popular constitui o princípio democrático fundamental. Contudo, para os partidos populistas, a política afastou-se das preocupações das pessoas comuns, sendo o objetivo central restabelecer uma ligação direta entre governantes e governados (Mény & Surel, 2002). O anti-elitismo, que opõe o povo a uma elite considerada corrupta, traduz-se na crença de que um grupo restrito – a tal elite – é o principal responsável pelo distanciamento entre as decisões políticas e os

interesses genuínos do povo (Barr, 2009). Este grupo – frequentemente designado por sistema ou *establishment* – remete não apenas para um conjunto de indivíduos, mas também para o grau de integração dessas elites no exercício do poder. O *establishment* pode assumir diferentes formas (política, económica ou cultural) e, por isso, a retórica *anti-establishment* é um elemento transversal aos partidos populistas, independentemente da sua orientação ideológica (Schedler, 1996; de Vries & Hobolt, 2020).

Apesar do consenso crescente em torno da definição de populismo enquanto ideologia de baixa densidade, esta abordagem tem sido alvo de críticas na literatura. Outras abordagens, inspiradas em Laclau (2005), veem o populismo como uma estratégia discursiva e menos como uma ideologia fixa. Para estes autores, os líderes populistas criam a ideia de povo ao articular diferentes queixas populares (desemprego, imigração, corrupção) numa narrativa unificada de “nós contra eles”. Esta perspetiva difere da definição ideológica de Mudde (2004) ao focar-se em como constroem apoio através do discurso, mais do que no que defendem programaticamente. Outros autores criticam a ênfase exclusiva na dicotomia povo *versus* elite e alertam para o estiramento conceitual do termo, defendendo a necessidade de critérios mais precisos para distinguir populismo de fenómenos adjacentes, como a demagogia ou a retórica *anti-establishment* (Aslanidis, 2016). Rooduijn (2019) alerta igualmente para o risco de confundir populismo com o nativismo ou o euroceticismo, o que pode conduzir a classificações inconsistentes de partidos. A insistência em fronteiras concetuais claras visa precisamente evitar que características típicas de outras ideologias – como o nacionalismo exclusivista – sejam atribuídas ao populismo em geral, desconsiderando a sua natureza enquanto ideologia de baixa densidade centrada na oposição entre povo e elites.

O populismo está frequentemente associado ao radicalismo político, tanto de esquerda como de direita (Rooduijn & Akkerman, 2015; Rooduijn et al., 2017; Gandesha, 2018). Neste enquadramento, o radicalismo é entendido como “a oposição a algumas características essenciais da democracia liberal, principalmente o pluralismo político e a proteção constitucional das minorias” (Mudde, 2007, p.25, *minha tradução*). Importa, contudo, sublinhar que nem todos os partidos populistas são radicais, tal como nem todos os partidos radicais são populistas. O populismo refere-se a uma ideologia centrada na oposição entre o “povo puro” e “elites corruptas”, enquanto o radicalismo diz respeito à defesa de mudanças profundas relativamente aos valores e instituições dominantes, embora sem rejeitar a democracia (Mudde, 2007; Mudde & Kaltwasser, 2017). Esta distinção é particularmente relevante para compreender a sua relação com a União Europeia. Embora a crítica populista se dirija às elites

políticas e institucionais, o conteúdo dessa crítica é moldado pelas orientações ideológicas de cada família partidária. Mas o que distingue partidos populistas de direita e de esquerda radical?

No seu olhar sobre o populismo de direita radical, a literatura tende a convergir na definição cunhada por Mudde (2007), que sugere que estes partidos assentam em dois pilares ideológicos fundamentais para além do populismo: o nativismo e o autoritarismo. O nativismo é definido como “uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a Nação”) e que elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadores para o Estado-Nação homogéneo” (Mudde, 2007, p.19, *minha tradução*). Esta visão exclusivista manifesta-se politicamente através de atitudes anti-imigração, defesa da soberania nacional e oposição à integração europeia, que ameaçaria a homogeneidade cultural (Mudde, 2019). Rydgren (2008) complementa que o nativismo não se limita à oposição puramente étnica à imigração, mas abrange também receios de que os imigrantes alterem a composição cultural e política da sociedade homogénea, ameaçando a identidade nacional dominante. Já o autoritarismo é utilizado na política comparada tanto para caracterizar um tipo de regime político como para descrever um conjunto específico de predisposições e valores culturais. De acordo com Norris e Inglehart (2019), os valores autoritários privilegiam sobretudo três dimensões: a segurança face a riscos de instabilidade e desordem, a conformidade necessária para preservar as tradições convencionais e a obediência leal a líderes fortes que protegem o grupo e os seus costumes. Nesta linha, Mudde (2007) define o autoritarismo como a preferência pela manutenção “dos valores tradicionais, em políticas fortes de lei e ordem para dissuadir e punir o crime, e na aceitação de uma sociedade ordeira e conformista” (p.5, *minha tradução*).

Já o populismo de esquerda radical centra-se numa crítica fundamental ao liberalismo de mercado, definindo o povo como o conjunto de cidadãos ameaçados pelo poder das grandes corporações e elites neoliberais, responsáveis pelo controlo económico e político (Mény & Surel, 2002; March & Mudde, 2005; Mudde, 2007; March, 2011; Kriesi, 2014; Ramiro & Gomez, 2017; Gandesha, 2018).

As divergências entre populismo de esquerda e de direita manifestam-se sobretudo ao nível da inclusão política. Enquanto os populistas de esquerda tendem a enfatizar o igualitarismo económico e a inclusão de grupos desfavorecidos, os populistas de direita adotam posições mais exclusivistas, opondo-se à extensão de direitos políticos a minorias e reivindicando-se como os únicos representantes legítimos do povo (Mudde & Kaltwasser, 2013; March, 2011).

O período pós-Segunda Guerra Mundial estigmatizou os partidos de direita radicais europeus, devido à sua associação ideológica com regimes autoritários do passado fascista

(Manucci, 2022). Estas forças políticas foram frequentemente tratadas como párias (van Spanje & van der Brug, 2007; Minkenberg, 2013; Harteveld et al., 2019), enfrentando um forte isolamento político e social. Durante a chamada terceira onda de autocratização (1980-2000), estes partidos começaram a conquistar representação parlamentar e a ganhar visibilidade política (Mudde & Kaltwasser, 2013; 2017), embora permanecessem, em grande medida, confinados à periferia dos sistemas partidários. A partir do início do século XXI, inicia-se o período do novo normal, caracterizado pela integração progressiva do discurso da direita radical no debate público (Golder, 2016; Mudde, 2019), passando gradualmente a integrar o discurso político legítimo (Krzyżanowski, 2020). Este processo de normalização resulta da interação entre três atores principais: os partidos de direita radical, os *media* e os partidos tradicionais. Por um lado, os partidos de direita radical procuram moderar a sua imagem pública e adaptar a retórica para evitar associações diretas com ideais antidemocráticos (Akkerman et al., 2016; Harteveld et al., 2019; Meléndez & Kaltwasser, 2021; van Spanje, 2010). Por outro lado, os *media* desempenham um papel crucial na legitimação destas forças, ao integrá-las na esfera do debate político e normalizar a sua presença (Manucci, 2017; Mudde, 2019; Krzyżanowski, 2020). Finalmente, os partidos estabelecidos contribuem para este processo ao passar de uma postura de exclusão para uma estratégia de acomodação, seja através da adoção de temas como a imigração, seja através da validação da sua presença no sistema político. Esta transição constitui um dos principais catalisadores da sua legitimação institucional e do seu sucesso eleitoral.

A transição da marginalidade para o *mainstream* foi igualmente analisada por Akkerman, et al. (2016) demonstrando que, desde a década de 1990, o aumento da saliência dos temas sobre imigração e o crescimento do discurso populista criaram oportunidades para que partidos de direita radical escapassem à marginalidade e, em alguns casos, integrassem governos. A participação governativa, seja como membros de coligações maioritárias, seja como partidos de apoio a governos minoritários, tende a exercer um efeito moderador sobre o seu discurso, dificultando a manutenção de um perfil antissistema. No entanto, esta integração implica um dilema estratégico: enquanto a moderação pode aumentar a legitimidade institucional e facilitar a influência política, um perfil radical pode ser eleitoralmente recompensador, funcionando como um incentivo à manutenção de uma postura crítica face ao *establishment*.

Embora o processo de estigmatização e posterior normalização tenha sido particularmente marcante no caso da direita radical, a trajetória da esquerda radical apresenta características distintas. Após o colapso do bloco soviético e a crise dos partidos comunistas, muitas forças de esquerda radical enfrentaram um período de reconfiguração ideológica, redefinindo identidades

num contexto pós-Guerra Fria. O *status* e o sucesso eleitoral mudaram radicalmente, passando de fortes parceiros governamentais a partidos fracos e marginalizados (March & Mudde, 2005; Ramiro & Gomez, 2017). Ao contrário da direita radical, o seu desafio não consistiu na superação de um estigma autoritário associado ao fascismo, mas na adaptação a um novo enquadramento marcado pela globalização económica e pela hegemonia neoliberal (Kriesi et al., 2006; Hooghe & Marks, 2009).

Nas últimas décadas, o crescimento destes partidos em vários países europeus tornou-se um dos principais focos do debate académico, sendo atualmente reconhecidos como atores duradouros e relevantes na política europeia. A literatura distingue, de forma geral, fatores económicos, demográficos, culturais e políticos.

Começemos pela economia. Desde a década de 1980, a União Europeia foi marcada por profundas transformações, intensificadas pela Grande Recessão de 2008, que gerou desemprego, precariedade laboral e insegurança económica. A teoria dos perdedores da globalização argumenta que os indivíduos mais expostos às consequências negativas da economia global tendem a apoiar partidos populistas de direita radical (Kriesi et al., 2006; Norris & Inglehart, 2019; Golder, 2003, 2016). Ao mesmo tempo, o agravamento das desigualdades de rendimento e riqueza afetou de forma desproporcionada grupos com menos recursos, alimentando sentimentos de exclusão e vulnerabilidade, frequentemente canalizados em apoio a estas forças políticas (Golder, 2003; Norris & Inglehart, 2019). Para além das transformações económicas, os fluxos migratórios desempenharam um papel relevante na mobilização do apoio aos partidos populistas de direita radical. O aumento da imigração nas décadas de 1980 e 1990 e, mais recentemente, a chamada «crise migratória»¹ de 2015 reforçaram atitudes anti-imigração em vários países europeus. Dificuldades de integração dos imigrantes no mercado de trabalho e na comunidade são frequentemente interpretados como incentivos ao voto nestes partidos (Ivarsflaten, 2008; Rooduijn, 2015; Golder, 2016), embora atitudes anti-imigrantes não se traduzam automaticamente em apoio eleitoral à direita radical populista (Golder, 2016; van der Brug et al., 2005).

As três crises que marcaram a União Europeia na última década – a crise económica e financeira associada à Grande Recessão, a «crise migratória» e o referendo do *Brexit* – intensificaram preocupações socioeconómicas e socioculturais em vários países europeus.

¹ A caracterização do aumento do número de requerentes de asilo como uma “crise migratória” criou a tempestade perfeita. Os partidos populistas de direita radical passaram a utilizar o termo “migrante” criando a narrativa de que todos ou a maioria dos requerentes de asilo não eram verdadeiros refugiados, e adotaram a retórica da “crise” para descrever o fluxo migratório (Krzyzanowski et al., 2018; Mudde, 2010).

Embora todos os Estados-Membros tenham sido afetados, os impactos foram desiguais, dando origem a respostas políticas distintas (Pirro et al., 2018).

Os anos de crise económica e políticas de austeridade intensificaram, por sua vez, o discurso populista em toda a União Europeia. Partidos de diferentes orientações passaram a apresentar-se como representantes do povo contra elites políticas vistas como distantes e insensíveis às dificuldades das classes populares (Katsambekis & Kioupkiolis, 2019). Neste contexto, a oposição ao processo de integração europeia assumiu particular relevância entre setores do eleitorado europeu, em particular os que apoiam partidos populistas radicais, e a União Europeia passou a ser percebida como um projeto distante e tecnocrático, que limita a soberania nacional e impõe políticas impopulares, como a austeridade e a liberalização económica (Hooghe & Marks, 2009; Norris & Inglehart, 2019). Os partidos populistas não capitalizaram apenas estas percepções, como também as alimentaram e reforçaram no discurso público ao longo do tempo, ao apresentarem-se como defensores da soberania nacional e da vontade popular contra uma elite europeia distante, integrando o euroceticismo no núcleo das suas estratégias políticas (Taggart, 1998; Mudde & Kaltwasser, 2017). Em termos ideológicos, os partidos de direita radical tendem a associar a integração europeia à perda de soberania nacional, à imigração e à erosão das identidades nacionais, enquanto os partidos da esquerda radical criticam sobretudo o caráter neoliberal das instituições europeias e as restrições impostas às políticas redistributivas nacionais (Hooghe & Marks, 2018; Norris & Inglehart, 2019). Consequentemente, a contestação da União Europeia não decorre apenas do seu caráter supranacional ou elitista, mas também do conflito entre o projeto de integração europeia e os valores políticos, económicos e culturais defendidos por estas forças partidárias. No Sul da Europa, a intensidade da crise económica de 2008 e as políticas de austeridade pressionou os sistemas políticos europeus, ativando e exacerbando a percepção de ineficiência e corrupção dos partidos tradicionais, aumentando o descontentamento político e favorecendo os partidos de esquerda radical populista (Hernández & Kriesi, 2016). O *SYRIZA*², na Grécia, beneficiou de um aumento de 21,87 pontos percentuais entre as eleições europeias de 2009 e 2014, passando de 1 para 6 eurodeputados, tendo-se apresentando como alternativa ao “projeto tecnocrático” de Bruxelas. No Leste europeu, a crise migratória de 2015 tornou-se o catalisador dominante, ativando narrativas nativistas e reforçando a coesão em torno da soberania nacional. O *PiS*³

² Partido de esquerda radical populista fundado em 2004 como uma aliança eleitoral – Coligação da Esquerda, dos Movimentos e da Ecologia – e em maio de 2012 apresentou-se como um partido único. Concorreu às eleições europeias de 2009 na coligação e em 2014 concorreu pela primeira vez sozinho.

³ Partido de direita radical populista fundado em 2001. Concorreu sozinho em ambas as eleições.

polaco aumentou 13,6 pontos percentuais entre 2014 e 2019, passando de 19 para 26 eurodeputados. No Norte da Europa, onde os efeitos não foram tão profundos como no Sul, a oportunidade de capitalizar o descontentamento gerado pelo apelo às políticas redistributivas e à migração transeuropeia foi aproveitada pelos partidos de direita radical populista que atacaram os partidos tradicionais por priorizarem os interesses europeus em detrimento dos interesses nacionais (Hernández & Kriesi, 2016) através de uma retórica combinada de antiglobalização e anti-imigração que interpreta as soluções europeias para a gestão dos fluxos migratórios como tentativas de impor mais imigração e multiculturalismo (Norris & Inglehart, 2019).

O impacto transnacional do referendo do *Brexit* merece, igualmente, atenção especial, pois foi mobilizado como um símbolo da vitória das pessoas comuns contra as elites políticas europeias e aos processos de decisão europeus (Pirro et al., 2018; Taggart & Szczerbiak, 2018). A vitória do *Leave* em 2016, apoiada pelo *UKIP*⁴, demonstrou a viabilidade política de uma saída efetiva da União, alimentando agendas de saída em vários países (Hobolt, 2016; Clarke & Rohrschneider, 2009). No Sul da Europa, o *Brexit* reforçou sobretudo críticas económicas à União Europeia, com partidos como o *Podemos*⁵ a interpretarem o resultado como confirmação da falha do neoliberalismo e da necessidade de recuperar a soberania orçamental. No Leste, partidos como o *PiS* e o *Fidesz* mobilizaram o *Brexit* para justificar um maior euroceticismo, insistindo na primazia do direito nacional. No Norte, partidos como a *AfD*⁶ ou o *Rassemblement National*⁷ viram no *Brexit* uma oportunidade para intensificar exigências de referendos nacionais sobre a pertença à União Europeia, embora sem alcançar resultados comparáveis.

Em suma, o contexto de policrise – ocorrência simultânea de múltiplas crises globais – constituiu uma oportunidade para os partidos populistas radicais beneficiarem de um contexto favorável ao euroceticismo. Este euroceticismo, originalmente cunhado no Reino Unido na década de 1980, refere-se à “ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a incorporação de oposição direta e incondicional ao processo de integração europeia” (Taggart, 1998, p.366, *minha tradução*). A literatura distingue diferentes dimensões do euroceticismo, associadas a preocupações económicas e culturais (Boomgaarden et al., 2016; Kriesi, 2007). No período pós-crise, as críticas da direita radical combinaram dimensões socioculturais

⁴ Partido de direita radical populista fundado em 1993.

⁵ Partido de esquerda radical fundado em 2014. Depois de juntar-se a uma coligação com os social-democratas e moderado fortemente o seu populismo durante a campanha eleitoral de 2019, deixou de ser classificado como populista.

⁶ Partido de direita radical populista fundado em 2013.

⁷ Partido de direita radical populista fundado em 1972. Denominado Front National até 2018.

(identidade, imigração, multiculturalismo) e socioeconómicas, enquanto a esquerda radical se concentrou sobretudo nas críticas económicas ao projeto europeu (Pirro et. al, 2018). A ligação entre populismo, nacionalismo e euroceticismo é reforçada pela posição periférica destes partidos nos sistemas partidários nacionais. Neste sentido, partidos situados fora do *mainstream* tendem a adotar posições eurocéticas como estratégia de diferenciação e protesto (Taggart, 1998; Sitter, 2001; Halikiopoulou et al., 2012). O nacionalismo assume aqui um papel central, podendo ser étnico ou cívico (Zimmer, 2003). A direita radical populista enfatiza predominantemente o nacionalismo étnico, ancorado em conceções exclusivistas de pertença nacional (Mudde, 2007; Mudde, 2010), enquanto a esquerda radical populista tende a mobilizar um nacionalismo cívico associado à crítica ao capitalismo e ao imperialismo (March & Mudde, 2005; Halikiopoulou et al., 2012).

O protecionismo cultural surge como reação às manifestações da globalização – multiculturalismo, diversidade étnica e imigração – defendendo a proteção das identidades nacionais contra influências externas (Norris, 2004). No entanto, a existência desta clivagem cultural não garante, por si só, o sucesso eleitoral: o seu impacto depende da forma como os atores políticos exploram as oportunidades criadas no contexto em que competem.

O aumento do descontentamento político constitui outro fator determinante. A perceção de corrupção, a desconfiança nas instituições e o sentimento de afastamento em relação às elites políticas alimentaram a procura por alternativas aos partidos tradicionais, refletindo uma crise de representação (Lubbers et al., 2002; Barr, 2009; Rooduijn, 2015; Ivaldi, 2020). A incapacidade dos partidos tradicionais de responder adequadamente às transformações económicas, culturais e sociais reforçou sentimentos de abandono e alienação política, contribuindo para a abertura de espaço aos partidos populistas (Betz, 1994; Immerzeel, 2015).

No entanto, níveis elevados de insegurança económica ou de atitudes anti-imigração não se traduzem automaticamente em apoio à direita radical populista se não existirem partidos capazes de organizar e canalizar estas predisposições (Ivarsflaten, 2008; Rydgren, 2018). O advento dos partidos populistas radicais e a sua capacidade de crescimento depende da sua capacidade para capitalizar o descontentamento existente, que é condicionado por regras eleitorais, estratégias partidárias e contextos institucionais. Os sistemas eleitorais são frequentemente apontados como um dos fatores para o sucesso dos partidos populistas radicais. Em particular, sistemas de representação proporcional com limiares eleitorais reduzidos tendem a facilitar a entrada de novos partidos, enquanto sistemas maioritários criam barreiras mais significativas (Golder, 2003). Contudo, a evidência empírica sobre esta relação permanece inconclusiva. Alguns estudos recentes sugerem que o impacto das regras eleitorais no sucesso

de novos partidos e de partidos populistas radicais depende da interação com fatores políticos, institucionais e contextuais mais amplos, não podendo ser considerado um determinante autónomo ou universal (Lago, 2021; Muis & Immerzeel, 2017). Os partidos populistas radicais tendem ainda a prosperar quando conseguem monopolizar temas que os partidos estabelecidos evitam ou tratam de forma ambígua (de Vries & Hobolt, 2012). A convergência dos partidos tradicionais para o centro político abriu espaço para que os partidos populistas se apropriassem de temas negligenciados, como imigração, soberania e identidade nacional, reforçando a sua legitimidade como representantes desses temas (Rooduijn, 2015; Golder, 2016). Estes processos contribuíram para o declínio das lealdades partidárias tradicionais e para o aumento da volatilidade eleitoral (Norris & Inglehart, 2019; Rooduijn, 2015; Golder, 2016; Ivaldi, 2020; Aktas, 2024), preparando o terreno para os padrões de voto que se observam nas eleições europeias.

1.2. Voto em eleições europeias e o papel do euroceticismo no crescimento da presença dos populistas no Parlamento Europeu

Depois de apresentados os principais fatores explicativos da emergência dos partidos populistas radicais, importa considerar o papel do contexto eleitoral – isto é, o tipo de eleição e o que está em jogo – e das atitudes dos eleitores na explicação do seu sucesso nas urnas, em particular nas eleições para o Parlamento Europeu.

Desde o último quartel do século XX, estudos do comportamento eleitoral procuram explicar padrões de participação e de escolha de voto considerando tanto as características dos eleitores como o tipo de eleição em causa. Este debate deu origem a dois modelos explicativos do comportamento eleitoral nas eleições europeias: o modelo das eleições de segunda ordem, que enfatiza a avaliação do governo nacional, e o modelo “Europa Importa”, que sublinha o peso das atitudes em relação à União Europeia na escolha de voto (van Spanje & de Vreese, 2011).

Após as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu em 1979, Reif e Schmitt (1980) introduziram a distinção entre eleições de primeira e de segunda ordem, dando origem ao modelo das eleições de segunda ordem, que sublinha que os eleitores se comportam de forma distinta consoante a perceção do que está em jogo. As eleições de primeira ordem são aquelas cujos resultados têm consequências diretas na distribuição do poder político nacional, envolvendo a formação do governo e o controlo do executivo e do legislativo (Reif & Schmitt, 1980). Incluem, tipicamente, eleições parlamentares nacionais em sistemas parlamentares e

eleições presidenciais em regimes presidenciais (Reif & Schmitt, 1980; Freire & Magalhães, 2002; Freire, 2001; Nunes, 2005; Santana Pereira, 2024). Em regimes semipresidenciais (Fortes & Magalhães, 2005; Kovář, 2016; Santana Pereira, 2024), a classificação das eleições presidenciais pode ser mais ambígua, dependendo do papel efetivo do presidente, que pode oscilar entre funções centrais e predominantemente simbólicas (Duverger, 1980; Shugart & Carey, 1992). As eleições de segunda ordem incluem, por sua vez, eleições subnacionais e supranacionais, como as autárquicas e as eleições europeias, que não determinam diretamente a formação do governo nacional e são, por isso, tendencialmente percecionadas como menos importantes (Schmitt, 2005; Freire & Magalhães, 2002; Fortes & Magalhães, 2005; Hobolt & Wittrock, 2011; Santana Pereira, 2024). Esta menor saliência ocorreu durante décadas num contexto descrito pela literatura como de *permissive consensus*, em que a integração europeia era amplamente tratada por elites e cidadãos como um tema distante da competição política quotidiana (Hooghe & Marks, 2009).

De acordo com o modelo clássico, as eleições de segunda ordem apresentam três traços principais. Em primeiro lugar, registam níveis de participação mais baixos do que as eleições de primeira ordem, uma vez que são vistas como menos relevantes, o que reduz a mobilização sobretudo entre cidadãos menos politizados e com fracos laços partidários (Campbell et al., 1960; Reif & Schmitt, 1980; Freire & Magalhães, 2002; Fortes & Magalhães, 2005; Hobolt & Wittrock, 2011). Em segundo lugar, os eleitores sentem-se mais livres para votar de forma sincera, favorecendo pequenos partidos, novos ou de protesto, dado que não está em causa a formação de um governo nacional (Reif & Schmitt, 1980; Freire & Magalhães, 2002; Carruba & Timpone, 2005). Em terceiro lugar, os partidos incumbentes tendem a ser penalizados, sobretudo quando as eleições ocorrem a meio do ciclo político nacional, momento em que os níveis de insatisfação pública são mais elevados e o voto funciona como uma forma de sancionar o executivo, beneficiando forças da oposição ou partidos periféricos (Reif & Schmitt, 1980; van der Eijk & Franklin, 1996; Carruba & Timpone, 2005; Hobolt & Wittrock, 2011).

Com o aprofundamento da integração europeia, as eleições para o Parlamento Europeu nem sempre apresentaram padrões típicos das eleições de segunda ordem. Até ao início da década de 1990, o projeto europeu foi predominantemente um projeto de liberalização económica e desregulamentação do mercado. Com o Tratado de Maastricht, assinado em 1992, a integração evoluiu para um projeto político mais ambicioso, politizando temas de soberania e identidade (van Elsas & van der Brug, 2015). As mudanças institucionais associadas a este processo favoreceram o surgimento de dois grandes grupos em torno da integração: por um lado, eleitores que partilham valores progressistas e libertários ligados à globalização e europeização; por

outro, eleitores que defendem valores tradicionais e autoritários e olham com desconfiança para a transferência de poderes para a União Europeia (Schäfer et al., 2021). Maastricht tornou mais visíveis as implicações da União Europeia para interesses nacionais, soberania e identidade, dando a muitos eleitores, em particular à direita radical populista, um motivo adicional para adotarem posições eurocéticas (van Elsas & van der Brug, 2015).

Um segundo período decisivo corresponde à crise económica entre 2009 e 2014, que gerou novos conflitos entre os Estados-Membros e, devido às políticas de austeridade, transformou-se numa crise de legitimidade do sistema político europeu. Esta crise contribuiu para o declínio do apoio à União Europeia (Braun & Tausendpfund, 2020; Schäfer & Gross, 2020) e favoreceu o crescimento de partidos eurocéticos em vários países (Hernández & Kriesi, 2016; Hobolt & de Vries, 2016b; Hobolt & Tilley, 2016). Referendos, alterações de tratados e sucessivas crises contribuíram para transformar a integração europeia numa clivagem política relevante (Hutter et al., 2016; Kriesi, 2016; Hutter & Kriesi, 2019), abrindo espaço para partidos eurocéticos e populistas canalizarem descontentamento em relação à União Europeia (Genschel & Jachtenfuchs, 2017; Hooghe & Marks, 2018).

A crescente politização da integração europeia levantou sérias dúvidas sobre a capacidade explicativa da visão convencional de Reif e Schmitt. Diversos estudos empíricos corroboram que a relevância das questões europeias tem aumentado, tornando-se diretamente influentes nas escolhas de voto nas eleições para o Parlamento Europeu (Ferrara & Weishaupt, 2004; Hix & Marsh, 2007; Kovář, 2016). Neste novo contexto surge um modelo alternativo conhecido como perspectiva “Europa Importa”, proposta por Hix e Marsh (2007) e desenvolvida por de Vries (2010), segundo a qual as eleições para o Parlamento Europeu se organizam em torno das atitudes em relação à União Europeia. A clivagem pró/anti União Europeia tornou-se, em muitos casos, mais saliente do que a divisão tradicional esquerda/direita na competição eleitoral europeia (Manucci, 2021). Esta transformação reforça a centralidade das questões europeias no comportamento eleitoral e ajuda a explicar o papel crescente dos partidos populistas no Parlamento Europeu, enquanto canais privilegiados de mobilização de eleitores desconfiados das instituições europeias (Hix & Marsh, 2007). Desde as primeiras eleições europeias realizadas em 1979, nas quais foi eleito o primeiro partido populista, estas forças têm se vindo a consolidar e a ampliar a sua presença, acompanhando a progressiva politização da integração (Manucci, 2021).

O euroceticismo – entendido como ceticismo face ao processo de integração europeia ou rejeição das suas instituições – tornou-se, assim, um eixo estruturante da competição partidária e um dos principais motores de apoio aos partidos populistas radicais (Taggart, 1998; Hooghe

& Marks, 2009; Werts et al., 2013). Estudos mostram que eleitores com atitudes eurocéticas revelam maior propensão para votar em partidos que criticam abertamente a União Europeia, sobretudo nas eleições europeias (van der Brug & van der Eijk, 2007; de Vries, 2007; Hobolt & Spoon, 2012; Vasilopoulou, 2018). A literatura distingue diferentes formas de euroceticismo: *hard* e *soft* (Szczerbiak & Taggart, 2000). O euroceticismo *hard* implica rejeição do próprio projeto de integração e, frequentemente, defesa da saída da União Europeia, enquanto o euroceticismo *soft* traduz uma oposição contingente a determinadas políticas ou orientações, sem pôr em causa a pertença à União (Taggart & Szczerbiak, 2002). A integração política pós-1992 politizou os temas da soberania e identidade que levou vários partidos de direita radical a elevar o euroceticismo *soft* para um euroceticismo *hard*, especialmente no Leste e no Norte da Europa (Vasilopoulou, 2018). Esta consolidação partidária reflete-se nas preferências dos eleitores, que expressam posições eurocéticas através do voto, especialmente nas eleições europeias (van der Brug & van der Eijk, 2007).

Os cidadãos expressam as opiniões sobre a União Europeia através de diversas formas, sendo o voto uma das principais vias de manifestação política direta. Este pode ocorrer em eleições nacionais, quando as questões europeias influenciam a escolha partidária, ou, de forma mais direta, nas eleições para o Parlamento Europeu (van Spanje & de Vreese, 2011). Catherine de Vries (2010) define como *European Union issue voting* “o processo pelo qual as preferências individuais em relação à integração europeia influenciam diretamente as escolhas de voto nas eleições nacionais” (p.92, *minha tradução*). Este conceito permite ligar diretamente atitudes individuais face à União Europeia e o comportamento de voto, tanto em eleições nacionais como europeias, articulando o modelo das eleições de segunda ordem com a perspetiva “Europa Importa” (van Spanje & de Vreese, 2011).

Em paralelo, os partidos políticos divergem nas suas posições face à União Europeia: em geral, os partidos tradicionais situam-se em posições mais pró-europeias, enquanto partidos situados nos extremos do espectro ideológico se mostram mais eurocéticos (de Vreese, 2006; Ray, 2007). Quanto mais claras forem as posições partidárias, maior a capacidade dos eleitores para expressar sentimentos pró ou anti União Europeia através do voto (Hooghe & Marks, 2009; Taggart & Szczerbiak, 2002). O efeito da União Europeia no voto individual manifesta-se sobretudo pela posição que os partidos assumem em relação à integração europeia, sendo os partidos eurocéticos os que obtêm melhores resultados (Ferrara & Weishaupt, 2004). A posição dos partidos na escala esquerda/direita está intimamente ligada à sua posição em relação à União Europeia, implicando que os partidos situados nos extremos são geralmente os mais antieuropeus (Taggart, 1998; Hooghe et al., 2002).

Estudos recentes demonstram ainda que dar ênfase à Europa – positiva ou negativamente – pode afetar positivamente o desempenho de um partido nas eleições para o Parlamento Europeu (Ferrara & Weishaupt, 2004; Hix & Marsh, 2007). de Vreese e Tobiasen (2007) corroboram esta relevância das atitudes europeias na escolha de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, revelando que os partidos eurocéticos tendem a obter maior apoio entre eleitores com baixos níveis de confiança no governo nacional, atitudes negativas face à imigração e posições ideológicas mais extremistas, enquanto investigações posteriores confirmam que as atitudes em relação à União Europeia são centrais para compreender a escolha de voto ao nível individual nas eleições europeias.

Apesar das diferenças ideológicas, os eleitores dos partidos populistas radicais de direita e de esquerda partilham alguns traços comuns, como vulnerabilidade económica, insatisfação com o desempenho económico e ceticismo em relação à União Europeia (Lubbers et al., 2002; Lubbers & Scheepers, 2007; Werts et al., 2013). No entanto, as motivações subjacentes divergem: o eleitorado da direita radical articula o euroceticismo com preocupações identitárias, nativistas e anti-imigração, muitas vezes associadas a sentimentos de perda de estatuto social (Mudde, 2019), enquanto o eleitorado da esquerda radical enfatiza críticas económicas à integração, ligando-a a políticas neoliberais, austeridade e desigualdade social (Bolet, 2022).

A integração europeia assume, assim, o papel de eixo político central na estruturação das clivagens e das escolhas de voto no espaço europeu. O euroceticismo deixou de ser uma posição marginal para se tornar um elemento estruturante da competição, associado a preocupações sobre soberania, identidade nacional e efeitos da globalização (Hooghe & Marks, 2009). Ao instrumentalizar este descontentamento, os partidos populistas de direita radical reforçaram a sua presença no Parlamento Europeu e influenciaram o debate político, transformando a questão europeia numa clivagem transversal capaz de reorganizar alianças e padrões de voto (Hutter & Kriesi, 2019; Kriesi, 2016). Esta centralidade das atitudes face à União Europeia é fundamental para compreender não apenas a escolha de voto nas eleições europeias, mas também a estabilidade ou mudança do sentido de voto entre eleições legislativas e europeias.

De facto, nas últimas décadas, as democracias industriais avançadas têm assistido a transformações significativas no comportamento eleitoral. Desde o final da década de 1970, observa-se uma erosão progressiva da estabilidade eleitoral, traduzida no declínio da lealdade partidária e no aumento da volatilidade do voto (Lipset & Rokkan, 1967; Pederson, 1979). Padrões tradicionais de identificação partidária, em que gerações de eleitores votavam

consistentemente no mesmo partido, foram sendo substituídos por níveis mais elevados de abstenção e mudança de voto (Dassonneville et al., 2015).

O aumento da volatilidade eleitoral tem sido tradicionalmente interpretado como um processo de desalinhamento: o fim das lealdades partidárias e o crescimento de um eleitorado mais disponível para alternar o seu voto entre eleições (Dalton, 2013). No entanto, alguns autores argumentam que também existe realinhamento em torno de novas clivagens, nomeadamente associadas à globalização e à integração europeia (Kriesi et al., 2006; Hutter & Kriesi, 2019). Nesta perspetiva, a volatilidade não é apenas sinal de desagregação dos vínculos tradicionais, mas também um reflexo da reconfiguração dos sistemas partidários, em que os partidos populistas desempenham um papel de “novos representantes” destas preocupações, atraindo eleitores que abandonam os partidos tradicionais não por protesto, mas pela procura de representação mais consistente com as suas posições em relação à globalização, à soberania e à integração europeia (Kriesi, 2016).

A volatilidade eleitoral – entendida como mudança no comportamento eleitoral entre eleições – não é apenas uma flutuação estatística, mas um mecanismo central através do qual os cidadãos expressam preferências políticas e reagem às ações dos seus representantes (Lipset, 1960; Granberg & Holmberg, 1990). A abordagem clássica de Marsh (1998) à transferência de votos ilustra a forma como os eleitores respondem ao desempenho dos partidos no governo. Entre uma eleição nacional e a seguinte, os eleitores podem manter o voto no mesmo partido, mudar o voto para uma força da oposição ou optar pela abstenção. A escolha entre continuidade, mudança e saída do eleitorado ativo está no centro da análise da volatilidade e é particularmente relevante para compreender o comportamento nas eleições europeias. A decisão entre manter, mudar ou abandonar o voto resulta da interação entre fatores de curto e de longo prazo. Entre os fatores de curto prazo incluem-se características sociodemográficas, identificação partidária e ideologia política; entre os de longo prazo incluem-se atitudes face a questões políticas, avaliações do desempenho governativo e dos candidatos (Campbell et al., 1960; Costa Lobo, 2006; Schmitt & Wüst, 2006; Thomassen, 2005; Walczak et al., 2012; Dassonneville, 2015). A filiação partidária tende a estabilizar o comportamento eleitoral, sem impedir a mudança de voto, enquanto avaliações negativas do desempenho político ou insatisfação com o sistema fomentam comportamentos mais instáveis (Dalton, 2013).

A análise da volatilidade é particularmente relevante no contexto da União Europeia, onde as eleições de segunda ordem tendem a mobilizar menos eleitores e a produzir padrões de voto distintos das eleições nacionais, frequentemente associados à expressão de descontentamento político (de Vreese & Tobiasen, 2007; Hobolt & Spoon, 2012; Zagórski & Santana, 2021).

Compreender a volatilidade eleitoral passa, portanto, por analisar de forma mais fina a relação entre atitudes face à União Europeia, voto em partidos populistas e padrões de continuidade ou mudança de sentido de voto entre eleições.

O modelo teórico *Exit, Voice and Loyalty*, proposto por Hirschman (1970), oferece uma grelha analítica útil para compreender as respostas dos eleitores à insatisfação política. Perante o descontentamento, os cidadãos podem optar pela lealdade (mantendo o voto no mesmo partido), pela voz (mudando o voto para outro partido como forma de protesto) ou pela saída (abstendo-se e afastando-se temporariamente do processo eleitoral). Porque é que um eleitor escolheria a voz ou a saída em vez da lealdade? É necessário distinguir os dois tipos de insatisfação política, pois cada um gera consequências comportamentais distintas: a insatisfação específica – avaliação do desempenho do partido anteriormente apoiado – leva o eleitor a escolher entre continuar a apoiar o partido (lealdade) ou mudar o voto para outro (voz), constituindo um mecanismo claro de responsabilização partidária (Söderlund, 2008; Bélanger, 2004). Já a insatisfação geral – funcionamento da democracia ou com o sistema político como um todo – faz com que o eleitor opte entre participar (lealdade ou voz) ou abster-se, sendo significativamente mais propenso à abstenção nesta dimensão (Grönlund & Setälä, 2007; Hetherington, 1999). A insatisfação específica tende a incentivar a mudança de voto como forma de responsabilização (Bélanger, 2004; Söderlund, 2008), enquanto a insatisfação generalizada aumenta a probabilidade de abstenção (Grönlund & Setälä, 2007; Hetherington, 1999).

A literatura sugere que as atitudes face à União Europeia desempenham um papel cada vez mais relevante na explicação do apoio aos partidos populistas radicais e dos padrões de mudança de voto observados nas democracias europeias. A crescente politização da integração europeia, associada ao enfraquecimento das lealdades partidárias tradicionais, contribuiu para a emergência de novas clivagens políticas estruturadas em torno de questões de soberania, identidade e representação democrática. Partindo destes contributos teóricos, o capítulo seguinte apresenta os objetivos da investigação, as hipóteses e a metodologia adotada para analisar estas relações nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024.

Capítulo 2. Objetivos, hipóteses e metodologia

2.1. Objetivos e hipóteses

A literatura recente sobre a ascensão dos partidos populistas de direita e de esquerda radical na Europa, discutidos na revisão de literatura, permite compreender as principais dinâmicas políticas que têm marcado o espaço europeu nas últimas décadas. Estudos centrados na politização da integração europeia (Hooghe & Marks, 2009; Kriesi, 2016), nas transformações socioeconómicas associadas à globalização (Kriesi et al., 2006; Golder, 2016) e nas crises sucessivas da União Europeia (Hobolt & de Vries, 2016a; 2016b; Hernández & Kriesi, 2016) demonstram que estes partidos se tornaram atores relevantes e duradouros nos sistemas partidários europeus (Mudde, 2007; Rooduijn, 2015).

Contudo, apesar da riqueza deste debate, subsiste uma lacuna no que respeita à análise dos microfundamentos do voto, em particular no contexto das eleições para o Parlamento Europeu. A presente dissertação pretende contribuir para preencher essa lacuna, analisando de que forma as atitudes face à unificação europeia, a avaliação do funcionamento da democracia na União Europeia, a justiça das eleições e as perceções de representação pelos eurodeputados se relacionam com o apoio direto a partidos populistas de direita radical e esquerda radical e a mudança de voto de partidos tradicionais para estas forças populistas radicais. O objetivo central consiste em responder às seguintes perguntas de investigação: “Em que medida as atitudes dos eleitores face à União Europeia influenciam o voto em partidos populistas de direita e de esquerda radical nas eleições para o Parlamento Europeu?” e “De que forma essas atitudes se articulam com dinâmicas de mudança de voto, em particular a transição de eleitores de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições europeias?”.

A opção por centrar a análise nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024 justifica-se tanto por razões substantivas como metodológicas. Estas eleições decorrem após uma sequência de crises que consolidaram os partidos populistas de direita e de esquerda radical como atores estáveis na maioria dos sistemas partidários europeus, permitindo observar o papel das atitudes face à União Europeia num contexto em que o populismo deixou de ser um fenómeno emergente para se tornar estruturante.

Para dar resposta às perguntas de investigação acima apresentadas, testam-se várias hipóteses decorrentes de pistas na literatura académica sobre este fenómeno, que passo a apresentar. Em primeiro lugar, a literatura tem demonstrado que o euroceticismo se tornou num

eixo estruturante da competição partidária e uma das principais fontes de apoio aos partidos populistas radicais nas eleições europeias (Taggart, 1998; Hooghe & Marks, 2009). O conceito remete para atitudes críticas face ao processo de integração europeia, que podem ir desde uma oposição contingente a políticas específicas até à rejeição do próprio projeto de unificação e defesa da saída da União (Szczerbiak & Taggart, 2008). Estas atitudes distribuem-se ao longo do espectro político, mas tendem a concentrar-se junto dos eleitores que apoiam os partidos situados nos extremos, tanto à direita como à esquerda (Hooghe et al., 2002). Adicionalmente, também foi salientado que a politização europeia, em particular após Maastricht e as sucessivas crises económicas, migratória e do referendo do Brexit, reforçou a clivagem pró/anti UE nas eleições para o Parlamento Europeu (van der Brug & van der Eijk, 2007; de Vries, 2007; Hobolt & Spoon, 2012). As atitudes face à integração tornaram-se determinantes autónomas do voto, muitas vezes mais relevantes do que a tradicional divisão esquerda/direita na explicação do apoio a partidos populistas radicais (Manucci, 2021). Assim, espera-se que eleitores com perceções negativas sobre a unificação europeia revelem maior propensão para apoiar partidos que criticam abertamente a União Europeia, sendo possível formular a primeira hipótese de investigação, antecipando que:

Hipótese 1 (H1): Quanto mais negativa for a atitude dos eleitores face à unificação europeia, maior a probabilidade de votar em partidos populistas radicais.

Hipótese 1.1 (H1.1): A relação negativa entre atitudes face à unificação europeia e o voto em partidos populistas radicais é observável tanto no caso de partidos populistas de direita radical como no caso de partidos populistas de esquerda radical.

A perceção generalizada de uma “elite europeia distante” impõe políticas contra a vontade popular, erodindo a confiança nas instituições da União Europeia. Esta insatisfação democrática traduz-se na convicção de que existe um défice democrático estrutural na União Europeia, com decisões tomadas por elites tecnocráticas pouco responsáveis perante os cidadãos (Hooghe & Marks, 2009). O descontentamento político não se limita a questões económicas, mas abrange também preocupações políticas mais amplas: perceção de insatisfação institucional, falta de transparência nas decisões e ausência de mecanismos efetivos de responsabilização dos eurodeputados perante os eleitorados nacionais (Norris & Inglehart, 2019). Partidos populistas, tanto de esquerda como de direita, capitalizam esta insatisfação ao apresentarem-se como alternativas *anti-establishment* que prometem restaurar a soberania popular (Rooduijn, 2015).

Empiricamente, estudos comparativos demonstram que a insatisfação com a democracia europeia prediz o apoio a partidos populistas radicais, independentemente da orientação ideológica, embora os motivos específicos difiram: à direita, associa-se à perda de soberania nacional; à esquerda, à percepção de imposição de políticas neoliberais contra a vontade popular (Katsambekis & Kioupkiolis, 2019). Tendo em conta estes fatores, pressupõe-se que:

Hipótese 2 (H2): Quanto mais baixa for a satisfação face ao funcionamento da democracia na União Europeia, maior a probabilidade de votar em partidos populistas radicais.

Hipótese 2.1 (H2.1): A relação negativa entre a satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia e o voto em partidos populistas radicais é observável tanto no caso de partidos populistas de direita radical como no caso de partidos de esquerda radical.

A União Europeia percecionada como pouco representativa pelos eleitores dos partidos populistas radicais, deve-se a fatores identificados como é o caso da baixa identificação dos eleitores com as instituições europeias e a percepção de que os partidos tradicionais priorizam agendas supranacionais em detrimento de interesses domésticos (Lubbers et al., 2002; Barr, 2009; Rooduijn, 2015). A tensão clássica entre *trustee* (representante decide pelo bem comum) e *delegate* (representante expressa diretamente a vontade dos representados) apresenta os eurodeputados como atores políticos que não capturam as posições dos eleitorados nacionais, agindo mais como elites desconectadas das preocupações das “pessoas comuns” do que como porta-vozes diretos da vontade popular (Burke, 1774; Pitkin, 1967). Assim, espera-se que a percepção de sub-representação política constitui um catalisador poderoso do voto em alternativas populistas radicais que se apresentam como os únicos representantes legítimos do povo contra os eurodeputados vistos como subservientes às elites europeias (Barr, 2009). Por outras palavras, formulamos as seguintes hipóteses:

Hipótese 3 (H3): Quanto mais negativa for a percepção de representação por parte dos eurodeputados, maior a probabilidade de votar em partidos populistas radicais.

Hipótese 3.1 (H3.1): A relação negativa entre a percepção de representação pelos eurodeputados e o voto em partidos populistas radicais é observável tanto no caso de partidos populistas de direita radical como no caso de partidos populistas de esquerda radical.

A percepção de que as eleições europeias são justas capta a legitimidade das instituições eleitorais da União Europeia – componente essencial das atitudes face à integração (Hooghe & Marks, 2009). Eleitores com baixa confiança no processo eleitoral tendem a punir partidos tradicionais para passar a apoiar alternativas *anti-establishment*, especialmente em contextos politizados (Hix & Marsh, 2011; Norris & Inglehart, 2019). Esta dinâmica liga-se diretamente à crise de legitimidade da União Europeia, sendo que se os eleitores percecionam eleições como "corruptas" ou "manipuladas", os partidos populistas radicais podem posicionar-se como defensores da vontade popular contra um sistema viciado. Nas eleições de segunda ordem, onde o custo do protesto é baixo, a desconfiança face às eleições amplifica o apoio a partidos populistas radicais (Reif & Schmitt, 1980; Katsambekis & Kioupkiolis, 2019). Assim sendo, formulamos a quarta hipótese de investigação:

Hipótese 4 (H4): Quanto maior for a percepção de injustiça nas eleições europeias, maior a probabilidade de votar em partidos populistas radicais.

Hipótese 4.1 (H4.1): A relação negativa entre a percepção de injustiça nas eleições europeias e o voto em partidos populistas radicais é observável tanto no caso de partidos populistas de direita radical como no caso de partidos populistas de esquerda radical.

Por fim, as atitudes face à União Europeia não influenciam apenas a escolha de voto num determinado partido. Estas atitudes podem também contribuir para explicar mudanças no comportamento eleitoral, em particular a transição de eleitores de partidos tradicionais para populistas radicais. A literatura sobre transformação dos sistemas partidários tem mostrado que, nas últimas décadas, a política europeia tem sido marcada não apenas pelo desalinhamento das lealdades partidárias tradicionais (Dalton, 2013), mas também pelo realinhamento em torno de novas clivagens políticas, nomeadamente relacionadas com a globalização, a soberania nacional e a integração europeia (Kriesi et al., 2006; Hutter & Kriesi, 2019). Além disso, as eleições para o Parlamento Europeu podem constituir um espaço privilegiado para a expressão deste tipo de realinhamento. De acordo com Hirschman (1970), perante atitudes face à União Europeia, os eleitores podem optar entre três estratégias: "*Exit*" (abstenção), "*Voice*" (mudança de voto) ou "*Loyalty*" (manter voto). Aplicado ao contexto europeu, atitudes críticas face à União Europeia podem funcionar como mecanismos de "*Voice*", incentivando os eleitores a abandonar partidos tradicionais pró-europeus e a apoiar partidos que contestam o processo de integração. Assim, as mesmas atitudes que explicam o voto em partidos populistas podem

também contribuir para explicar processos de mudança de voto entre eleições nacionais e eleições europeias (Kriesi, 2016). Assim, relativamente às dinâmicas da volatilidade eleitoral, formulam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 5.1 (H5.1): Eleitores com perceções mais negativas sobre a unificação europeia têm maior probabilidade de mudar o seu voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu.

Hipótese 5.2 (H5.2): Eleitores menos satisfeitos com o funcionamento da democracia na União Europeia têm maior probabilidade de mudar o seu voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu.

Hipótese 5.3 (H5.3): Eleitores que sentem que os eurodeputados não representam as suas posições têm maior probabilidade de mudar o seu voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu.

Hipótese 5.4 (H5.4): Eleitores que percecionam as eleições europeias como injustas têm maior probabilidade de mudar o seu voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu.

2.2. Dados e operacionalização das variáveis

Para responder às perguntas de investigação delineadas e testar empiricamente as hipóteses formuladas, recorre-se a uma abordagem quantitativa baseada na análise de dados individuais do *European Election Study* de 2024. Os dados foram recolhidos após as eleições para o Parlamento Europeu, realizadas entre 6 e 9 de junho de 2024, através de entrevistas online aplicadas entre 10 e 30 de junho de 2024 junto a residentes permanentes em cada Estado-Membro com idade para votar⁸. No total, foram recolhidas 25 904 entrevistas, correspondendo aproximadamente a 1000 entrevistas por Estado-Membro, com exceção do Chipre, Luxemburgo e Malta, onde as amostras são constituídas por 500 eleitores.

⁸ A idade mínima para votar nas eleições para o Parlamento Europeu é, na maioria dos países, 18 anos de idade. No entanto, quatro países da União Europeia têm como idade mínima os 16 anos (Alemanha, Áustria, Bélgica e Malta) e um os 17 anos (Grécia).

As variáveis dependentes incluídas neste estudo são duas. Em primeiro lugar, o voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu, medido através da questão: “em que partido votou nas eleições para o Parlamento Europeu?”⁹. Foram construídas duas versões desta variável dependente. A primeira é uma variável binária em que 1 = voto num partido populista radical de direita ou de esquerda radical e 0 = voto noutros partidos, sendo os abstencionistas tratados como valores *missing*. Esta variável foi utilizada nos modelos de regressão logística binária destinados a testar as hipóteses H1 a H4, tomando como categoria de referência o voto noutros partidos (0). A segunda é uma variável categórica com três valores (1 = outro partido, 2 = voto em partidos populistas de direita radical, 3 = voto em partidos populistas de esquerda radical), sendo os abstencionistas tratados como valores *missing*. Esta variável foi utilizada nos modelos de regressão multinomial para testar as hipóteses H1.1 a H4.1, tomando como categoria de referência o voto noutros partidos (1). O método utilizado para a classificação de partidos populistas de direita radical e esquerda radical baseia-se exclusivamente na base de dados *The Populist v3.0*, que codifica os partidos europeus (Quadro 2.1)¹⁰.

⁹ Aqui e nos restantes casos, citamos a versão portuguesa do questionário do EES.

¹⁰ Em Malta não existem partidos populistas radicais, de acordo com esta fonte.

Quadro 2.1 – Partidos Populistas Radicais Incluídos na Análise

Países	Partidos Populistas de Esquerda Radical	Partidos Populistas de Direita Radical
Alemanha	The Left (Linke)	Alternative for Germany (AfD)*
Áustria		Freedom Party of Austria (FPÖ)*
Bélgica		New Flemish Alliance (N-VA)
		Flemish Interest (VB)*
Bulgária		Revival (V)*
Chipre	Progressive Party of Working People (AKEL)*	Solidarity Movement (KA)
		National Popular Front (ELAM)*
Croácia	We Can! - Political Platform (M!)	Homeland Movement (DP)*
		Croatian Sovereignists (HS)*
Dinamarca		New Right (NB)*
		Danish People's Party (DF)*
Eslováquia		Slovak National Party (SNS)*
		We are family (SME)*
Eslovénia	The Left (L)*	New Slovenia – Christian Democrats (N.Si)
		Slovenian National Party (SNS)*
		Slovenian Democratic Party (SDS)
Espanha		Voice (Vox)*
Estónia		Conservative People's Party of Estonia (EKRE)*
Finlândia		Finns Party (PS)*
França	Unsubmissive France (FI)*	Rassemblement National (RN)*
	Workers' Struggle (LO)*	Reconquest (R!)*
Grécia	European Realistic Disobedience Front (MeRa25)*	Greek Solution (EL)*
Hungria		Fidesz - Hungarian Civic Alliance*
Itália		Northern League (LN)*
		Brothers of Italy (FdI)*
Luxemburgo		Alternative Democratic Reform (ADR)*
Países Baixos	Socialist Party (SP)	Party for Freedom (PVV)
		Farmer–Citizen Movement (BBB)*
		Right Answer 2021 (JA21)*
Polónia		Sovereign Poland (SP)*
		Law and Justice (PiS)*
Portugal		Enough (CH)*
República Checa		Freedom and Direct Democracy (SPD)*
Roménia		Alliance for the Union of Romanians (AUR)*
Suécia		Sweden Democrats (SD)*

Fonte: Base de dados *The Populist v3.0*

*Partidos classificados como partidos eurocéticos pela base de dados *The Populist v3.0*.

A segunda variável dependente diz respeito às transferências de voto entre eleições nacionais e eleições europeias. Para criar estas variáveis dependentes, usou-se informação a respeito do partido em que o inquirido votou nas últimas eleições nacionais (recolhida através da questão: “em que partido votou na [Eleição Geral] de [Ano da Última Eleição Geral]?”), e nas eleições europeias (informação recolhida através da questão já apresentada), permitindo identificar transições específicas entre partidos tradicionais e partidos populistas radicais. A partir da combinação destas duas variáveis foi construída uma variável binária em que 1 = eleitores que votaram num partido tradicional nas eleições nacionais e num partido populista radical (de direita ou de esquerda) nas eleições europeias sucessivas e 0 = restantes casos (voto no mesmo partido nas duas eleições, voto prévio em partidos populistas, ou mudanças entre outros partidos), sendo os abstencionistas em uma ou ambas as eleições tratadas como valores *missing*. Esta variável foi utilizada nos modelos de regressão logística binária para testar as hipóteses H5.1 a H5.4, tomando como categoria de referência os eleitores que não votaram em partidos populistas radicais nas europeias quando haviam votado noutro tipo de partidos nas eleições nacionais anteriores (0).

As variáveis independentes – as atitudes face à União Europeia – foram operacionalizadas da seguinte forma. A posição face à unificação europeia foi operacionalizada através da questão “algumas pessoas acham que a unificação europeia deveria ir mais longe. Outros acham que já foi longe demais. Qual é a sua opinião?”, associada a uma escala que varia entre 0 (a unificação já foi longe demais) e 10 (a unificação europeia deveria ir mais longe). A satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia foi medida através da questão “de uma maneira geral, está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou mesmo nada satisfeito com a forma como a democracia funciona na União Europeia?”, acompanhada por uma escala que varia entre 1 (muito satisfeito) e 4 (nada satisfeito). Para efeitos analíticos, procedeu-se à inversão da escala, passando de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito). Para medir a perceção de que os eurodeputados estão distantes dos cidadãos foi usada a afirmação “os deputados do Parlamento Europeu estão bem informados sobre as posições políticas de pessoas como eu” acompanhada por uma escala que varia entre 1 (concorda totalmente) e 5 (discorda totalmente). Para efeitos analíticos, procedeu-se à inversão da escala, passando de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente). A perceção da justiça das eleições europeias foi operacionalizada através da afirmação “as eleições para o Parlamento Europeu foram realizadas de forma justa”, relativamente à qual os inquiridos se posicionavam através de uma escala que varia entre 1 (concorda totalmente) e 5 (discorda totalmente). Procedeu-se também à inversão da escala, passando esta a variar entre 1 (discorda totalmente) e 5 (concorda totalmente).

De forma a conferir robustez à pesquisa e isolar o efeito das variáveis independentes do impacto de outros fatores, incluem-se nos modelos, como variáveis de controlo, algumas variáveis sociodemográficas e políticas amplamente utilizadas na literatura sobre o voto populista (van der Eijk & Franklin, 1996; van Spanje & van der Brug, 2007; Heyne & Manucci, 2021; Meléndez & Kaltwasser, 2021; Santana Pereira, 2024). As variáveis sociodemográficas consideradas foram sexo (variável *dummy*: 1 = masculino e 0 = feminino), *habitat* (três categorias: 1 = rural, 2 = cidade média, 3 = grande cidade), instrução (três categorias: 1 = baixa/ISCED¹¹ 0-2, 2 = média/ISCED 3-4 e 3 = alta/ISCED 5-8), religiosidade (a escala categórica de 1 a 12 foi recodificada numa *dummy* que distingue eleitores religiosos – 1 = tem religião – daqueles que se declararam ateus ou agnósticos: 0 = não tem religião).

Quanto às atitudes políticas, incluíram-se no modelo as atitudes em relação às políticas de imigração, uma variável que capta uma dimensão sociocultural relevante para o voto populista, especialmente de direita radical (Ivarsflaten, 2008; Mudde, 2007). Esta dimensão foi operacionalizada através da questão “o que acha das políticas de imigração?”, medida através de uma escala que varia entre 0 (é totalmente a favor de uma política restritiva em matéria de imigração) e 10 (é totalmente contra uma política restritiva em matéria de imigração). Inclui-se ainda o auto posicionamento na escala ideológica esquerda/direita (0 = esquerda e 10 = direita), uma variável classicamente associada à construção das preferências políticas e à identificação com determinados partidos (Campbell et al., 1960; Mudde, 2007; Norris & Inglehart, 2019). Por fim, a satisfação com a democracia nacional, que a literatura tem identificado como um preditor robusto de protesto e de apoio a partidos *anti-establishment* (van der Brug et al., 2000; Ivarsflaten, 2008). Operacionalizada através da questão "de uma maneira geral, até que ponto diria que está satisfeito com a forma como a democracia funciona no (PAÍS)? Está...", medida através de uma escala que varia entre 1 (muito satisfeito) e 4 (nada satisfeito), recodificada para variar de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito).

¹¹ Classificação Internacional Normalizada da Educação, do inglês *International Standard Classification of Education*, é uma classificação dos níveis educativos destinada a permitir a comparação de estatísticas entre sistemas educativos diferentes.

Capítulo 3. Resultados

Neste capítulo, apresentamos os resultados dos modelos de regressão estimados para testar as hipóteses formuladas no capítulo anterior. Num primeiro momento, recorre-se a modelos de regressão logística binária para analisar os determinantes do voto em partidos populistas radicais (de direita e de esquerda), bem como a modelos de regressão multinomial para distinguir separadamente o apoio a partidos populistas de direita radical e de esquerda radical. Num segundo momento, são estimados modelos de regressão logística binária para analisar a probabilidade de mudança de voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais entre eleições nacionais e eleições europeias. Em todos os modelos, as variáveis independentes centrais são incluídas em simultâneo, controlando-se ainda o efeito de um conjunto de variáveis sociodemográficas e atitudinais, de modo a isolar o efeito específico de cada dimensão de atitudes face à União Europeia sobre os comportamentos de voto analisados.

Quanto à Hipótese 1, relativa às atitudes face unificação europeia, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo desta variável (Quadro 3.1). A direção do efeito é a esperada, indicando que quanto mais positivas são as atitudes dos eleitores face à unificação europeia, menor é a probabilidade de votarem em partidos populistas radicais. Inversamente, atitudes mais negativas em relação à integração europeia aumentam essa probabilidade, confirmando a hipótese.

No que respeita à Hipótese 2, referente à satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia, verifica-se igualmente um efeito negativo forte e estatisticamente significativo (Quadro 3.1). A direção do efeito corresponde ao esperado, indicando que níveis mais elevados de satisfação com o funcionamento da democracia europeia reduzem substancialmente a probabilidade de voto populista radical. Este resultado confirma a hipótese e sugere que o descontentamento com o funcionamento democrático da União Europeia constitui um fator central na mobilização deste tipo de voto.

No que concerne à Hipótese 3, relativa à perceção de representação por parte dos eurodeputados, os resultados não corroboram o efeito esperado de que perceções mais negativas quanto à representação aumentariam a probabilidade de voto em partidos populistas radicais (Quadro 3.1). Pelo contrário, observa-se uma associação positiva e estatisticamente significativa, indicando que níveis mais elevados de perceção de boa representação estão associados a uma maior probabilidade de apoio a estas forças políticas.

Por fim, no que respeita à Hipótese 4, referente à percepção de justiça nas eleições europeias, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo (Quadro 3.1). A direção do efeito é a esperada, indicando que quanto mais os eleitores percecionam as eleições como justas, menor é a probabilidade de apoiarem partidos populistas radicais. Inversamente, percepções de injustiça eleitoral aumentam essa probabilidade, confirmando a hipótese.

Para além das variáveis independentes centrais das hipóteses algumas variáveis de controlo apresentam igualmente efeitos estatisticamente significativos (Quadro 3.1). O sexo apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo, indicando que os homens têm uma maior probabilidade de votar em partidos populistas radicais do que as mulheres. O nível de instrução revela um efeito negativo significativo, indicando que níveis mais elevados de educação reduzem a probabilidade de voto populista. Relativamente à religiosidade, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que indivíduos religiosos têm uma menor probabilidade de votar em partidos populistas radicais. Por sua vez, a posição ideológica apresenta um efeito positivo forte e estatisticamente significativo, indicando que deslocções para a direita aumentam significativamente a probabilidade de voto em partidos populistas radicais. A direção do efeito é consistente com uma maior oferta populista no espetro da direita no contexto europeu, algo que fica patente através da consulta do Quadro 2.1. As atitudes face às políticas de imigração apresentam um efeito negativo e estatisticamente significativo. A direção do efeito é consistente com o esperado: posições mais favoráveis à imigração, ou seja, maior oposição a políticas restritivas, estão associados a uma menor probabilidade de voto populista, enquanto posições mais restritivas aumentam essa probabilidade. As variáveis *habitat* e satisfação com a democracia no país não apresentam efeitos estatisticamente significativos.

Quadro 3.1. Determinantes do voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Binária)

	Voto em eleições europeias (Partidos populistas radicais=1; Outros=0)		
	B (s.e.)	Sig.	Exp(B)
Sexo (1=Masculino;0=Feminino)	0,152 (0,043)	<0,001	1,164
Instrução	-0,072 (0,030)	0,015	0,931
Habitat	-0,003 (0,026)	0,917	0,997
Religiosidade (1=Tem religião;0=Não tem)	-0,095 (0,046)	0,040	0,910
Ideologia (Esquerda-Direita)	0,251 (0,009)	<0,001	1,286
Políticas de imigração	-0,032 (0,007)	<0,001	0,968
Satisfação democracia no País	0,034 (0,030)	0,249	1,035
Unificação Europeia	-0,099 (0,008)	<0,001	0,906
Satisfação Democracia na União Europeia	-0,328 (0,035)	<0,001	0,721
Representação dos eurodeputados	0,049 (0,020)	0,013	1,050
Perceção de justiça nas eleições	-0,051 (0,020)	0,012	0,950
(Constante)	19,274	0,976	-
N	18 695		
Nagelkerke R²	0,147		

Nota: Os valores apresentados correspondem aos coeficientes não estandardizados (B), os erros-padrão (entre parênteses), os valores de significância (Sig.) e os *odds ratios* (Exp(B)). A categoria de referência da variável dependente é o voto noutros partidos.

Após analisar os determinantes do voto em partidos populistas radicais de forma agregada, importa agora distinguir entre os diferentes tipos de populismo radical. Em particular, interessa avaliar se os fatores identificados anteriormente operam de forma semelhante no voto em partidos populistas de direita radical e de esquerda radical ou se existem padrões diferenciados de explicação do voto consoante a família partidária em causa.

Relativamente à Hipótese 1.1, referente à unificação europeia, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo no caso da direita radical, sendo a direção do efeito a esperada: atitudes mais favoráveis à integração europeia estão associadas a uma menor probabilidade de voto na direita radical. No entanto, no caso da esquerda radical, o efeito não é estatisticamente significativo (Quadro 3.2).

No que diz respeito à Hipótese 2.1, referente à satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia, verifica-se um efeito negativo forte e significativo para a direita radical, em linha com o esperado, indicando que níveis mais elevados de satisfação reduzem a probabilidade de voto neste tipo de partidos. Por outro lado, o efeito não é significativo no caso da esquerda radical (Quadro 3.2).

Relativamente à Hipótese 3.1, que previa que perceções mais negativas quanto à representação por parte dos eurodeputados estariam associadas a uma maior probabilidade de voto tanto em partidos populistas de direita radical como de esquerda radical, os resultados não confirmam esta expectativa (Quadro 3.2). Tal como observado no modelo binário, a variável apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo no caso dos partidos populistas de direita radical, enquanto no caso dos partidos populistas de esquerda radical o efeito não é estatisticamente significativo.

Por fim, no que se refere à Hipótese 4.1, relativamente à perceção de justiça nas eleições europeias, observa-se um efeito negativo e significativo no caso da direita radical, sendo a direção do efeito a esperada, o que confirma a hipótese para este grupo partidário. No entanto, o efeito não é estatisticamente significativo no caso da esquerda radical (Quadro 3.2).

Os resultados evidenciam ainda diferenças relevantes em termos do impacto das variáveis de controlo (Quadro 3.2). O sexo apresenta um efeito positivo e significativo apenas para a direita radical, indicando maior propensão masculina para este tipo de voto, não sendo significativo no caso da esquerda radical. O nível de instrução apresenta um efeito negativo significativo no caso do voto na direita radical, enquanto para a esquerda radical o efeito não é estatisticamente significativo. O *habitat* não apresenta um efeito significativo no modelo relativo à direita radical, mas revela um efeito positivo e significativo naquele da esquerda radical, indicando que determinados contextos estão associados a maior probabilidade de voto neste grupo partidário. A religiosidade não apresenta efeitos significativos na direita radical, mas apresenta um efeito negativo significativo na esquerda radical, indicando menor propensão para o voto entre indivíduos religiosos. A posição ideológica surge novamente como um dos preditores mais fortes e diferenciadores entre os dois tipos de populismo radical. No caso da direita radical, observa-se um efeito positivo forte e significativo, indicando que deslocções para a direita aumentam substancialmente a probabilidade de voto. Por contraste, no caso da esquerda radical, o efeito é negativo e significativo, indicando que posições mais à esquerda estão associados a maior probabilidade de voto neste tipo de partidos. A direção dos efeitos é consistente com o esperado e confirma a clivagem ideológica entre os dois tipos de populismo.

No que respeita às atitudes face às políticas de imigração, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo para a direita radical, indicando que posições mais favoráveis à imigração estão associadas a uma menor probabilidade de voto neste tipo de partidos, sendo a direção do efeito consistente com o esperado. Por contraste, o efeito não é estatisticamente significativo no caso do voto na esquerda radical, o que aponta para que dimensão não constitui um fator explicativo relevante para este segmento do eleitorado.

Por fim, a satisfação com o funcionamento da democracia no país apresenta um efeito positivo significativo para a direita radical, cuja direção é contraintuitiva, sugerindo que níveis mais elevados de satisfação estão associados a um aumento da probabilidade de votar nesta família partidária, e um efeito negativo significativo para a esquerda radical, indicando que menor satisfação está associada a maior probabilidade de voto neste grupo. Este resultado sugere que a insatisfação com a democracia nacional desempenha um papel mais relevante na explicação do voto na esquerda radical do que na direita radical.

Quadro 3.2. Determinantes do voto em partidos populistas radicais de direita e de esquerda nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Multinomial)

	Voto em eleições europeias (Partidos populistas de direita radical=2; Partidos populistas de esquerda radical=3; Outros=0)					
	Partidos populistas de direita radical			Partidos populistas de esquerda radical		
	B (s.e.)	Sig.	Exp(B)	B (s.e.)	Sig.	Exp(B)
Sexo (1=Masculino;0=Feminino)	0,160 (0,046)	<0,001	1,174	0,114 (0,119)	0,340	1,121
Instrução	-0,096 (0,032)	0,002	0,908	0,151 (0,085)	0,075	1,163
Habitat	-0,031 (0,028)	0,268	0,969	0,188 (0,076)	0,013	1,207
Religiosidade (1=Tem religião; 0=Não tem)	-0,048 (0,050)	0,337	0,953	-0,282 (0,121)	0,020	0,754
Ideologia (Esquerda-Direita)	0,345 (0,010)	<0,001	1,411	-0,367 (0,025)	<0,001	0,693
Políticas de imigração	-0,038 (0,007)	<0,001	0,963	-0,004 (0,019)	0,830	0,996
Satisfação democracia no País	0,108 (0,032)	<0,001	1,114	-0,423 (0,083)	<0,001	0,655
Unificação Europeia	-0,112 (0,008)	<0,001	0,894	-0,009 (0,021)	0,684	0,992
Satisfação Democracia na União Europeia	-0,368 (0,037)	<0,001	0,692	0,045 (0,094)	0,629	1,046
Representação dos eurodeputados	0,050 (0,021)	0,019	1,051	0,028 (0,056)	0,611	1,029
Perceção de justiça nas eleições	-0,056 (0,022)	0,010	0,946	-0,048 (0,057)	0,398	0,953
(Constante)	-2,308	<0,001	-	-2,167	<0,001	-
N	18 695					
Nagelkerke R²	0,211					

Nota: Os valores apresentados correspondem aos coeficientes não estandardizados (B), os erros-padrão (entre parênteses), os valores de significância (Sig.) e os *odds ratios* (Exp(B)). A categoria de referência da variável dependente é o voto noutros partidos.

Até este ponto, a análise concentrou-se nos determinantes do voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu. Contudo, para compreender o crescimento destes partidos, importa também analisar as dinâmicas de volatilidade eleitoral, em particular os processos de transferência de voto entre eleições nacionais e europeias. Assim, examinaremos de seguida os fatores que explicam a transição de eleitores de partidos tradicionais para partidos populistas radicais.

Relativamente à Hipótese 5.1, relativa à unificação europeia, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo (Quadro 3.3). A direção do efeito é a esperada, indicando que atitudes mais favoráveis à integração europeia estão associadas a uma menor probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais. Inversamente, posições mais eurocéticas aumentam a probabilidade de *switching* eleitoral, confirmando a hipótese.

No que diz respeito à Hipótese 5.2, referente à satisfação com o funcionamento na União Europeia, verifica-se um efeito negativo forte e estatisticamente significativo (Quadro 3.3). A direção do efeito corresponde ao esperado, indicando que níveis mais elevados de satisfação reduzem a probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais. Este resultado confirma a hipótese e sugere que o descontentamento com a democracia europeia constitui um fator central na reorientação do comportamento eleitoral.

No que concerne à Hipótese 5.3, que previa que eleitores que sentem que os eurodeputados não representam as suas posições políticas teriam maior probabilidade de mudar o seu voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais, os resultados não confirmam esta expectativa (Quadro 3.3). A variável relativa à perceção de representação dos eurodeputados não apresenta um efeito estatisticamente significativo na mudança de voto, indicando que esta dimensão não constitui um fator determinante para a transição de eleitores entre partidos tradicionais e partidos populistas radicais nas eleições europeias.

Por fim, no que respeita à Hipótese 5.4, referente à perceção de justiça nas eleições europeias, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo (Quadro 3.3). A direção do efeito é a esperada, indicando que quanto mais os eleitores percecionam as eleições como justas, menor é a probabilidade de mudarem o seu voto para partidos populistas radicais. Assim, a hipótese é confirmada.

Analisemos agora os resultados relativos às variáveis de controlo (Quadro 3.3). O sexo apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo, indicando que os homens têm maior probabilidade de mudar o seu voto para partidos populistas radicais do que as mulheres, sendo esta direção consistente com os modelos anteriores. O grau de instrução revela um efeito negativo significativo, indicando que níveis mais elevados de educação reduzem a

probabilidade de *switching* eleitoral. Relativamente à religiosidade, observa-se um efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que indivíduos religiosos apresentam menor probabilidade de mudar o seu voto para partidos populistas radicais. Por sua vez, a ideologia política apresenta um efeito positivo forte e estatisticamente significativo, indicando que deslocamentos para a direita aumentam significativamente a probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais. A direção do efeito é consistente com o observado nos modelos anteriores, sugerindo novamente a centralidade da direita radical populista no contexto europeu.

Já as atitudes face às políticas de imigração apresentam um efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que posições mais favoráveis à imigração estão associadas a uma menor probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais, sendo a direção consistente com o esperado. Por fim, a satisfação com a democracia no país apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo, cuja direção é contraintuitiva, sugerindo que níveis mais elevados de satisfação estão associados a maior probabilidade de mudança de voto. Este resultado poderá indicar que o *switching* eleitoral não decorre necessariamente de insatisfação com o contexto nacional, mas sim de fatores associados ao nível europeu. A variável *habitat* não apresenta efeitos estatisticamente significativos.

Quadro 3.3. Determinantes da mudança de voto de partidos tradicionais para partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu (Regressão Logística Binária)

	Mudança de voto (mudança de voto de partidos tradicionais nas eleições nacionais para partidos populistas radicais nas eleições europeias=1; restantes casos=0)		
	B (s.e.)	Sig.	Exp(B)
Sexo (1=Masculino;0=Feminino)	0,122 (0,041)	0,003	1,130
Instrução	-0,081 (0,028)	0,004	0,922
Habitat	-0,029 (0,025)	0,241	0,971
Religiosidade (1=Tem religião; 0=Não tem)	-0,139 (0,044)	0,002	0,87
Ideologia (Esquerda-Direita)	0,241 (0,008)	<0,001	1,273
Políticas de imigração	-0,032 (0,006)	<0,001	0,989
Satisfação Democracia no País	0,061 (0,029)	0,034	1,063
Unificação Europeia	-0,089 (0,007)	<0,001	0,915
Satisfação Democracia na União Europeia	-0,322 (0,033)	<0,001	0,725
Representação dos eurodeputados	0,024 (0,019)	0,205	1,024
Perceção de justiça nas eleições	-0,079 (0,019)	<0,001	0,924
(Constante)	-2,582	<0,001	-
N	18 431		
Nagelkerke R²	0,143		

Nota: Os valores apresentados correspondem aos coeficientes não estandardizados (B), os erros-padrão (entre parênteses), os valores de significância (Sig.) e os *odds ratios* (Exp(B)). A categoria de referência da variável dependente é a não mudança de voto para partidos populistas radicais.

Em síntese, os resultados evidenciam que as atitudes face à União Europeia desempenham um papel central na explicação do voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu (Quadro 3.4). No modelo relativo aos fatores do voto em partidos populistas radicais, de direita ou de esquerda, as Hipóteses 1, 2 e 4 são confirmadas, enquanto a Hipótese 3 não encontra suporte empírico. Assim, no primeiro modelo analisado, atitudes mais negativas face à unificação europeia, menores níveis de satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia e perceções de menor justiça das eleições europeias estão associadas a uma maior probabilidade de voto em partidos populistas radicais. Pelo contrário,

a percepção de representação por parte dos eurodeputados apresenta um efeito estatisticamente significativo, mas na direção oposta à esperada, indicando que níveis mais elevados de percepção de boa representação estão associados a uma maior probabilidade de voto populista. A percepção de representação política tende a ser mediada por predisposições partidárias e ideológicas, levando os eleitores a avaliarem positivamente os representantes com os quais se identificam politicamente (Campbell et al., 1960; Bartels, 2002; Dalton, 2013). Além disso, o populismo é entendido como uma lógica política assente na reivindicação de representação autêntica do “povo” contra as elites tradicionais e de que estes partidos constroem uma relação de proximidade representativa com os seus eleitores, mesmo mantendo uma postura crítica relativamente às instituições europeias (Mudde, 2007; Mudde & Kaltwasser, 2017). Ao apresentarem-se como representantes da “vontade popular”, pode gerar sentimentos de representação (Mudde, 2007; Golder & Stramski, 2010; Mudde & Kaltwasser, 2013; Rooduijn, 2015).

Quando se distingue entre diferentes famílias populistas, os resultados revelam um padrão assimétrico (Quadro 3.4). As variáveis associadas à União Europeia mostram-se estatisticamente significativas apenas no caso do voto em partidos populistas de direita radical, não apresentando efeitos significativos no caso da esquerda radical. Consequentemente, as Hipóteses 1.1, 2.1 e 4.1 são parcialmente confirmadas, enquanto a Hipótese 3.1 não é confirmada. Tal assimetria pode ser interpretada à luz das diferenças ideológicas entre estas famílias partidárias. O populismo de direita radical enfatiza a ideia de representação direta da “vontade popular”, combinando-a com elementos nativistas e autoritários que reforçam a ligação direta entre representantes e representados (Mudde, 2007; Norris & Inglehart, 2019). Por outro lado, o voto em partidos populistas de esquerda radical tende a estar sobretudo associado a clivagens socioeconómicas e a críticas à integração europeia, podendo ser consequentemente menos dependente de percepções diretas de representação política (Kriesi et al., 2006; Kriesi et al., 2008; Hernández & Kriesi, 2016).

No que respeita à mudança de voto entre eleições nacionais e europeias, os resultados indicam que algumas destas atitudes também contribuem para explicar o *switching* eleitoral (Quadro 3.4). As Hipóteses 5.1, 5.2 e 5.4 são confirmadas, indicando que atitudes mais negativas face à unificação europeia, menor satisfação com a democracia na União Europeia e percepções de menor justiça eleitoral aumentam a probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais. Por sua vez, a Hipótese 5.3 não é confirmada, uma vez que a percepção de representação por parte dos eurodeputados não apresenta um efeito estatisticamente significativo neste modelo (Quadro 3.4). A literatura sobre volatilidade eleitoral, sublinha que

a mudança de voto não depende necessariamente de avaliações específicas sobre os representantes, sendo antes influenciada por orientações ideológicas mais amplas e por clivagens estruturais associadas à globalização e à integração europeia (Kriesi et al., 2006; Kriesi et al., 2008; Hobolt & Tilley, 2014; Hutter & Kriesi, 2019). Neste contexto, a decisão de abandonar um partido pode ser entendida como uma forma de *voice*, através da qual os eleitores expressam descontentamento político, não necessariamente por atores específicos, mas ao sistema político de forma geral (Bélanger, 2004; Söderlund, 2008). Adicionalmente, no contexto de eleições europeias, a mudança de voto tende a refletir padrões de protesto e experimentação eleitoral, não estando necessariamente ancorada em avaliações concretas dos eurodeputados enquanto representantes (Reif & Schmitt, 1980; Hix & Marsh, 2011).

Quadro 3.4. Efeitos das variáveis independentes nas diferentes variáveis dependentes

Variável	Voto em partidos populistas radicais	Voto em partidos populistas de direita radical	Voto em partidos populistas de esquerda radical	Mudança de voto entre eleições a favor de um partido populista radical	Confirmação das expectativas teóricas
Unificação Europeia	Significativo (-)	Significativo (-)	Não significativo	Significativo (-)	Confirmada em três das quatro análises
Satisfação Democracia na União Europeia	Significativo (-)	Significativo (-)	Não significativo	Significativo (-)	Confirmada em três das quatro análises
Representação dos eurodeputados	Significativo (+)	Significativo (+)	Não significativo	Não significativo	Não confirmada
Percepção de justiça nas eleições	Significativo (-)	Significativo (-)	Não significativo	Significativo (-)	Confirmada em três das quatro análises

Conclusões

A presente dissertação teve como principal objetivo analisar em que medida as atitudes face à União Europeia influenciam o voto em partidos populistas radicais nas eleições para o Parlamento Europeu, bem como a mudança de voto de partidos tradicionais para estas forças políticas. A relevância desta análise decorre do crescimento sustentado do populismo radical no contexto europeu nas últimas décadas e na necessidade de compreender os fatores que estruturam o seu apoio eleitoral, em particular no quadro das eleições europeias, frequentemente caracterizadas como eleições de segunda ordem. Ao centrar-se em dimensões como as atitudes face à integração europeia, a satisfação com o funcionamento da democracia e a perceção de representação política, esta dissertação procurou contribuir para a compreensão dos mecanismos que ligam as perceções sobre a União Europeia aos comportamentos eleitorais.

De forma geral, os resultados evidenciam que as atitudes face à unificação europeia constituem um dos eixos estruturantes na explicação do voto populista radical. Indivíduos com posições mais críticas relativamente ao processo de unificação europeia apresentam uma maior propensão para apoiar partidos populistas radicais. Este efeito indica que estes partidos transformam o descontentamento com a integração europeia numa clivagem politicamente relevante.

Uma segunda dimensão particularmente pertinente prende-se com a avaliação do funcionamento da democracia na União Europeia. Os resultados mostram que níveis mais baixos de satisfação estão consistentemente associados a uma maior probabilidade de voto populista radical. Neste sentido, o voto populista pode ser interpretado como uma forma de sanção política dirigida às instituições europeias, refletindo perceções de falta de responsividade ou défice democrático.

A perceção de representação por parte dos eurodeputados apresenta, contudo, um padrão menos consistente e, em alguns casos, contraintuitivo. No caso da Hipótese 3 e da Hipótese 3.1, contrariamente ao esperado, níveis mais elevados de perceção de boa representação estão associados a uma maior probabilidade de voto em partidos populistas radicais, particularmente na direita radical. Este resultado sugere que os eleitores poderão não avaliar os eurodeputados enquanto coletivo abstrato, mas sobretudo os representantes ou grupos políticos com os quais se identificam ideologicamente. Neste sentido, o apoio a partidos populistas pode refletir não apenas atitudes de protesto, mas também formas de identificação política com forças que reivindicam uma representação mais autêntica do “povo” (Mudde, 2007; Mudde & Kaltwasser,

2017). A ausência de significância estatística desta variável na Hipótese 5.3, no caso da esquerda radical e da mudança de voto sugere, por outro lado, que a percepção de representação europeia não constituiu um fator transversal ao conjunto do populismo radical nem um elemento central nos processos de *switching* eleitoral, os quais parecem depender sobretudo de orientações ideológicas mais amplas e de atitudes face à integração europeia.

A confiança na justiça das eleições europeias surge, por sua vez, como um fator importante na explicação do voto populista radical. Níveis mais elevados de confiança no processo eleitoral estão associados a uma menor probabilidade de apoio a estes partidos e a uma menor propensão para a mudança de voto. Este resultado é consistente com a ideia de que o processo eleitoral desempenha um papel central na estabilidade do comportamento eleitoral, funcionando como um mecanismo que reduz a atratividade de opções políticas de protesto. Em contextos em que essa confiança é menor, os eleitores parecem mais disponíveis para apoiar alternativas que desafiam o sistema político estabelecido.

A análise comparativa entre direita e esquerda radical evidencia, de forma clara, a natureza assimétrica do fenómeno populista. As atitudes face à União Europeia revelam-se determinantes consistentes no caso da direita radical, mas não no caso da esquerda radical, sugerindo que os mecanismos de mobilização eleitoral diferem substancialmente entre estas duas famílias partidárias. Enquanto a direita radical parece assentar numa politização do euroceticismo e de clivagens culturais, a esquerda radical não mobiliza estes temas com a mesma intensidade, o que reforça a necessidade de evitar abordagens agregadas do populismo que ignorem estas diferenças internas.

No que respeita à mudança de voto entre eleições nacionais e europeias, os resultados indicam que o contexto europeu pode funcionar como um espaço privilegiado para a reconfiguração das preferências eleitorais. Atitudes mais críticas face à integração europeia e níveis mais baixos de satisfação com a democracia europeia aumentam a probabilidade de mudança de voto para partidos populistas radicais, sugerindo que as eleições europeias oferecem uma oportunidade para a expressão de descontentamento político. Este padrão é consistente com a literatura sobre eleições de segunda ordem, indicando que os eleitores utilizam este contexto para sinalizar insatisfação sem necessariamente abandonar de forma permanente as suas preferências partidárias.

Em suma, os resultados desta dissertação mostram que o voto em partidos populistas radicais nas eleições europeias resultam da interação entre atitudes face à integração europeia, avaliações do funcionamento institucional e posicionamentos ideológicos. Ao mesmo tempo, evidenciam que estes fatores operam de forma diferenciada entre direita e esquerda radical,

sublinhando a natureza heterogénea do populismo. Estas conclusões contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos determinantes do voto populista no contexto europeu, destacando a importância de considerar simultaneamente dimensões institucionais, atitudinais e ideológicas na análise deste fenómeno.

Apesar destes contributos, importa reconhecer algumas limitações. Desde logo, a operacionalização da variável relativa à perceção de representação dos eurodeputados assenta numa avaliação subjetiva, podendo captar não apenas avaliações diretas dos representantes, mas também orientações políticas mais gerais ou predisposições partidárias dos inquiridos. Neste sentido, torna-se difícil isolar de forma clara o efeito específico da avaliação dos eurodeputados face a outras dimensões atitudinais mais amplas. Adicionalmente, apesar de o modelo incluir um conjunto relevante de variáveis explicativas, outras dimensões potencialmente importantes, como fatores contextuais específicos ou características institucionais dos diferentes sistemas partidários, não foram consideradas, podendo influenciar os resultados. Por fim, importa ainda referir que os resultados relativos aos partidos populistas radicais de esquerda, poderá estar relacionado com o número de eleitores que votaram nestes partidos, uma vez que é consideravelmente inferior aos eleitores de partidos populistas radicais de direita. Tal reflete a presença mais residual destas forças políticas na maioria dos países europeus e os resultados eleitorais modestos que têm obtido ao longo da última década. Este desequilíbrio pode ter reduzido a capacidade de identificar relações estatisticamente significativas nas análises relativas à esquerda radical.

O presente estudo deixa ainda em aberto várias linhas de investigação futuras, designadamente a análise dos mecanismos através dos quais o euroceticismo, a saliência da crise e a desconfiança institucional se convertem em comportamento eleitoral. Seria igualmente pertinente aprofundar a articulação entre clivagens ideológicas, identitárias e territoriais na explicação do voto em partidos populistas radicais. Por fim, importa explorar de forma mais sistemática como estas dinâmicas variam consoante os contextos nacionais e os diferentes tipos de competição partidária.

Referências

- Aktas, M. (2024). The rise of populist radical right parties in Europe. *International Sociology*, 39(6), 591-605.
- Akkerman T., de Lange S., & Rooduijn, M. (2016). Radical right-wing populist parties in Western Europe: into the mainstream?. *Hungarian geographical bulletin*, 66(2), 183-186.
- Aslanidis, P. (2016). Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. *Political Studies*, 64(1), 88-104.
- Barr, R. R. (2009). Populists, outsiders and anti-establishment politics. *Party Politics*, 15(1), 29-48.
- Bartels, L. M. (2002). Beyond the running tally: Partisan bias in political perceptions. *Political Behavior*, 24(2), 117-150.
- Betz, H. G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. New York: St. Martin's Press.
- Bolet, D. (2022). The janus-faced nature of radical voting: Subjective social decline at the roots of radical right and radical left support. *Party Politics*, 29(3), 475-488.
- Boomgaarden, H. G., Johann, D., & Kritzinger, S. (2016). Voting at national versus european elections: An individual level test of the second order paradigm for the 2014 European Parliament elections. *Politics and Governance*, 4(1), 130-144.
- Burke, E. (1774). Edmund Burke, speech to the electors of Bristol. *Works*, New York: Harpers, 1(13).
- Braun, D. & Tausendpfund, M. (2020). Electoral behaviour in a European Union under stress. *Politics and Governance*, 8(1), 28-40.
- Campbell, A., Converse P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1960). *The american voter: An abridgement*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Carrubba, C., & Timpone R. J. (2005). Explaining vote switching across first- and second-order elections. *Comparative Political Studies*, 38(3), 260-281.
- Clark, N., & Rohrschneider, R. (2009). Second-order elections versus first-order thinking: How voters perceive the representation process in a multi-layered system of governance. *European Integration*, 31(5), 645-664.
- Costa Lobo, M. (2006). Short-term voting determinants in a young democracy: Leader effects in Portugal in the 2002 legislative elections. *Electoral Studies*, 25(2), 270-28.
- Dahl, R. A. (1989). *Democracy and its critics*. Yale university Press.
- Dalton, R. J. (2013). *The apartisan american: dealignment and changing electoral politics*. CQ Press.

- Dassonneville, R. (2015). Stability and change in voting behaviour. Macro and micro determinants of electoral volatility. *Catholic University of Leuven*, 273, 1-265.
- Dassonneville, R., Blais, A., & Dejaeghere, Y. (2015). Staying with the party, switching or exiting? A comparative analysis of determinants of party switching and abstaining. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 25(3), 387-405.
- de Vreese, C. H., & Tobiasen, M. (2007). Conflict and identity: explaining turnout and anti-integrationist voting in the Danish 2004 elections for the European Parliament. *Scandinavian Political Studies*, 30(1), 87-114.
- de Vreese, C. H. (2006). Political parties in dire straits? Consequences of national referendums for political parties. *Party Politics*, 12(5), 581-598.
- de Vries, C. E. (2007). Sleeping giant: fact or fairytale? How european integration affects national elections. *European Union Politics*, 8(3), 363-385.
- de Vries, C. E. (2010). EU issue voting: asset or liability?: How european integration affects parties' electoral fortunes: How european integration affects parties' electoral fortunes. *European Union Politics*, 11(1), 89-117.
- de Vries, C. E. & Hobolt, S. B. (2012). When dimensions collide: The electoral success of issue entrepreneurs. *European Union Politics*, 13(2), 246-268.
- de Vries, C. E. & Hobolt, S. B. (2020). *Political entrepreneurs and: The rise of challenger parties in Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- Duverger, M. A. (1980). New political system model: Semi-presidential government. *European Journal of Political Research*, 8(2), 165-187.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and political theory: A conceptual approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Freeden, M. (1998). Is nationalism a distinct ideology?. *Political Studies*, 46(4), 748-765.
- Ferrara, F., & Weishaupt, J. T. (2004). Get your act together: Party performance in European Parliament elections. *European Union Politics*, 5(3), 283-306.
- Fortes, B. G., & Magalhães, P. (2005). As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: participação eleitoral e punição dos governos. *Análise Social*, 10(177), 891-922.
- Freire, A. (2001). *Modelos do comportamento eleitoral: Uma breve introdução crítica*. Celta Editora.
- Freire, A., & Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Freire, A., & Moury, C. (2014). O apoio dos “cidadãos” e das “elites” à UE, antes e depois da crise financeira: os países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. *RI: Relações Internacionais*, 41, 97-122.
- Gandesha, S. (2018). Understanding right and left populism. Em: Morelock, J. (Ed.) *Critical theory and authoritarian populism*. London: University of Westminster Press, 49-70.
- Genschel, P., & Jachtenfuchs, M. (2017). From market integration to core state powers: The eurozone crisis, the refugee crisis and integration theory. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 56(1), 178-196.
- Golder, M. (2003). Explaining variation in the success of extreme right parties in Western Europe. *Comparative Political Studies*, 36(4), 432-466.
- Golder, M., & Stramski, J. (2010). Ideological congruence and electoral institutions. *American Journal of Political Science*, 54(1), 90-106.
- Golder, M. (2016). Far right parties in Europe. *Annual Review of Political Science*, 19(1), 477-497.
- Granberg, D., & Holmberg, S. (1990). The Berelson paradox reconsidered. Intention-behavior changers in U.S. and Swedish election campaigns. *Public Opinion Quarterly*, 54(4), 530-550.
- Grönlund, K., & Setälä, M. (2007). Political trust, satisfaction and voter turnout. *Comparative European Politics*, 5(4), 400-422.
- Halikiopoulou, D., Nanou, K., & Vasilopoulou, S. (2012). The paradox of nationalism: The common denominator of radical right and radical left euroscepticism. *European Journal of Political Research*, 51(4), 504-539.
- Harteveld, E., Dahlberg, S., Kokkonen A., & Van Der Brug, W. (2019). Social stigma and support for the populist radical right: An experimental study. *Scandinavian Political Studies*, 42(3-4), 296-307.
- Hernández, E. & Kriesi, H. (2016). The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe. *European Journal of Political Research*, 55(2), 203-224.
- Hetherington, M. (1999). The effect of political trust on the presidential vote, 1968–96. *American Political Science Review*, 93(2), 311–326.
- Heyne, L. & Manucci, L. (2021). A new Iberian exceptionalism? Comparing the populist radical right electorate in Portugal and Spain. *Political Research Exchange*, 3(1), 1-27.
- Hirschman, A. O. (1970). *Exit, voice, and loyalty*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hix, S., & Marsh, M. (2007). Punishment or protest? Understanding European Parliament elections. *The Journal of Politics*, 69(2), 495-510.
- Hix, S., & Marsh, M. (2011). Second-order effects plus pan-European political swings: An analysis of european parliament elections across time. *Electoral Studies*, 30(1), 4-15.

- Hobolt, S. B., & Spoon, J. J. (2012). Motivating the european voter: Parties, issues and campaigns in European Parliament elections. *European Journal of Political Research*, 51(6), 701-727.
- Hobolt, S. B., & Wittrock, J. (2011). The second-order election model revisited: An experimental test of vote choices in European Parliament elections. *Electoral Studies*, 30(1), 29-40.
- Hobolt, S. B. (2015). The 2014 European parliament elections: divided in unity?. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 53(1), 6-21.
- Hobolt, S. B., & de Vries, C. (2016a). Public support for European integration. *Annual Review of Political Science*, 19(1), 413-432.
- Hobolt S. B., & de Vries C. (2016b) Turning against the union? The impact of the crisis on the eurosceptic vote in the 2014 European Parliament elections. *Electoral Studies*, 44(1), 504-514.
- Hobolt, S. B., & Tilley, J. (2016). Fleeing the centre: the rise of challenger parties in the aftermath of the euro crisis. *West European Politics*, 39(5), 971-991.
- Hooghe, L., Marks, G., & Wilson, C. J. (2002). Does left/right structure party positions on european integration?. *Comparative Political Studies*, 35(8), 965-989.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2009). A postfunctionalist theory of european integration: From permissive consensus to constraining dissensus. *British Journal of Political Science*, 39(1), 1-23.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2018). Cleavage theory meets Europe's crises: Lipset, Rokkan, and the transnational cleavage. *Journal of European Public Policy*, 25(1), 109-135.
- Hutter, S., Grande, E., & Kriesi, H. (2016). *Politicising Europe: Integration and mass politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hutter, S., & Kriesi, H. (2019) Politicizing Europe in times of crisis. *Jornal of European Public Policy*, 26(7), 996–1017.
- Ivaldi, G. (2020). Populist voting in the 2019 european elections. *Totalitarismus und Demokratie*, 17(1), 67-96.
- Ivarsflaten, E. (2008). What unites right-wing populists in Western Europe? Re-examining grievance mobilization models in seven successful cases. *Comparative Political Studies*, 41(1), 3-23.
- Katsambekis, G. (2016). The populist surge in post-democratic times. Theoretical and political challenges. *The Political Quarterly*, 88(2), 202-210.
- Katsambekis, G., & Kioupkiolis, A. (2019). Introductions: the populist radical left in Europe. Em Katsambekis, G., & Kioupkiolis, A. (Eds.), *The populist radical left in Europe* (pp. 1-20). Routledge.

- Kovář, J. (2016). *Revisiting the second-order election model and its application to European Parliament elections in Central and Eastern European countries*. Metropolitan University Prague Press.
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S. & Frey, T. (2006). Globalization and the transformation of the national political space: Six european countries compared. *European Journal of Political Research*, 45(6), 921-956.
- Kriesi, H. (2007). The role of european integration in national election campaigns. *European Union Politics*, 8(1), 83-108.
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S. & Frey, T. (2008). *West European politics in the age of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kriesi, H. (2016). The politicization of european integration. *JCMS: Journal of common market studies*, 54(1), 32-47.
- Laclau, E. (2005). Populism: What's in a name?. Em F. Panizza (Eds.), *Populism and the mirror of democracy*, (pp. 32-49). London, Verso.
- Lago, I. (2021). Electoral rules and new parties: evidence from a quasi-experimental design. *Frontiers Political Science*, 3, 1-7.
- Lipset, S. M. (1960). *Political man: The social bases of politics*. Library of Congress, United States of America.
- Lipset, S. & S. Rokkan (1967). *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives*. New York: Free Press.
- Lubbers, M., Gijsberts, M., & Scheepers, P. (2002). Extreme right-wing voting in Western Europe. *European Journal of Political Research*, 41, 345-378.
- Lubbers, M., & Scheepers, P. (2007). Euro-scepticism and extreme voting patterns in Europe. Em G. Loosveldt, M. Swyngedouw, & B. Cambré (Eds.), *Measuring meaningful data in social research* (pp. 71-92). Leuven: Acco.
- Magone, J. (2015). Divided Europe? Euroscepticism in East Central and Southern Europe. Em Demetriou, K. (Ed.), *The European Union in crisis. Explorations in representation and democratic legitimacy* (pp. 33-56). EUA: Springer.
- Manucci, L. (2017). Populism and the media. Em R. K., Cristóbal, T. Paul, O. E. Paulina, & O. Pierre (Eds.), *The oxford handbook of populism* (pp. 467-488). Oxford: Oxford University Press.
- Manucci, L. (2021). Forty years of populism in the European Parliament. *População e Sociedade*, 35(1), 25-42.

- Manucci, L. (2022). Populism and collective memory. Em M. Oswald (Ed.), *The palgrave handbook of populism* (pp. 451-468). Palgrave Macmillan, London.
- March, L. & Mudde, C. (2005). What's left of the radical left? The european radical left after 1989: decline and mutation. *Comparative European Politics*, 3(1), 22-49.
- March, L. (2011). *Radical left parties in Europe*. Routledge.
- Marsh, M. (1998). Testing the second-order election model after four European Elections. *British Journal of Political Science*, 28(4), 591-607.
- Meléndez, C., & Kaltwasser, C. R. (2021). Negative partisanship towards the populist radical right and democratic resilience in Western Europe. *Democratization*, 28(5), 949-969.
- Mény Y., & Surel, Y. (2002). The constitutive ambiguity of populism. Em Y. Mény & Y. Surel (Eds.), *Democracies and the populist challenge* (pp. 1-21). Palgrave Macmillan, London.
- Minkenberg, M. (2013). From pariah to policy-maker? The radical right in Europe, West and East: between margin and mainstream. *Journal of Contemporary European Studies*, 21(1), 5-24.
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541-563.
- Mudde, C. (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mudde, C. (2010). The populist radical right: A pathological normalcy. *West European Politics*, 33(6), 1167-1186.
- Mudde, C. (2019). The 2019 EU elections: Moving the center. *Journal of Democracy*, 30(4), 20-34.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2013). Exclusionary vs. inclusionary populism: Comparing contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, 48(2), 147-174.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Muis, J., & Immerzeel, T. (2017). Causes and consequences of the rise of populist radical right parties and movements in Europe. *Current Sociology Reviews*, 65(7), 909-930.
- Norris, P. (2004). The rise of the radical right: Parties and electoral competition in postindustrial societies. Em P. Norris (Ed.), *Radical right: Voters and parties in the electoral market* (pp. 1-15). Cambridge University Press.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press.
- Nunes, F. (2005). Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004. *Análise Social*, 40(177), 795-813.

- Pedersen, M. N. (1979). The dynamics of european party systems: Changing patterns of electoral volatility. *European Journal of Political Research*, 7(1), 1-26.
- Pirro, A. L., Taggart, P., & van Kessel, S. (2018). The populist politics of euroscepticism in times of crisis: Comparative conclusions. *Politics*, 38(3), 378-390.
- Pitkin, H. F. (1967). *The concept of representation*. University of California Press.
- Ramiro, L., & Gomez, R. (2017). Radical-left populism during the great recession: Podemos and its competition with the established radical left. *Political Studies*, 65(1), 108-126.
- Ray, L. (2007). Mainstream euroskepticism: Trend or oxymoron? *Acta Politica*, 42(2-3), 153-172.
- Reif, K., & Schmitt, H. (1980). Nine second-order national elections – a conceptual framework for the analysis of european election results. *European Journal of Political Research*, 8(1), 3-44.
- Rooduijn, M. (2015). The rise of the populist radical right in Western Europe. *European View*, 14(1), 3-11.
- Rooduijn, M., & Akkerman, T. (2015). Flank attacks: Populism and left-right radicalism in Western Europe: Populism and left-right radicalism in Western Europe. *Party Politics*, 23(3), 193-204.
- Rooduijn, M., Burgoon, B., van Elsas, E. J., & van de Werfhorst, H. G. (2017). Radical distinction: Support for radical left and radical right parties in Europe. *European Union Politics*, 18(4), 536-559.
- Rydgren J. (2008). Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries. *European Journal of Political Research*, 47(6), 737-765
- Santana Pereira, J. (2024). Populist attitudes and the populist radical right vote in different types of elections: evidence from Portugal. *Análise Social*, 59(251).
- Schäfer, C., & Gross, M. (2020). Euroscepticism in times of crisis: A macro-level analysis of the euro crisis' effects on public opinion and party competition on european integration. Em M. Baldassari, E. Castelli, M. Truffeli, & G. Vezzani (Eds.), *Anti-Europeanism: Critical perspectives towards the European Union* (pp. 79-92). Springer.
- Schäfer, C., Pöpa, S. A., Braun, D., & Schmitt, H. (2021). The reshaping of political conflict over Europe: from pre-Maastricht to post- "Euro crisis." *West European Politics*, 44(3), 531-557.
- Schedler, A. (1996). Anti-political-establishment parties. *Party Politics*, 2(3), 291-312.
- Schmitt, H. (2005). The European Parliament elections of june 2004: Still second-order? *West European Politics*, 28(3), 650-679.
- Schmitt, H., & Wüst, A. M. (2006). The extraordinary bundestag election of 2005: The interplay of long-term trends and short-term factors. *German Politics & Society*, 24(1), 27-46.
- Shugart, M. S., & Carey, J. M. (1992). *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge University Press.

- Sitter, N. (2001). The politics of opposition and european integration in Scandinavia: Is euro-scepticism a government–opposition dynamic? *West European Politics*, 24(4), 22-39.
- Söderlund, P. (2008). Retrospective voting and electoral volatility: A nordic perspective. *Scandinavian Political Studies*, 31(2), 217-240.
- Taggart, P. (1998). A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. *European Journal of Political Research*, 33(3), 363-388.
- Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2002). *The party politics of euroscepticism in EU member and candidate states*. University of Sussex.
- Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2018). Putting Brexit into perspective: The effect of the eurozone and migration crisis and Brexit on euroscepticism in european states. *Journal of European Public Policy*, 25(8), 1194-1214.
- Thomassen, J. (2005). *The european voter: A comparative study of modern democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- van der Brug, W., Fennema, M. & Tillie, J. (2000). Anti-immigrant parties in Europe: Ideological or protest vote? *European Journal of Political Research*, 37(1), 77-102.
- van der Brug, W., Fennema, M., & Tillie, J. (2005). Why some anti-immigrant parties fail and others succeed. *Comparative Political Studies*, 38(5), 537-573.
- van der Brug, W., & van der Eijk, C. (2007). *European elections and domestic politics: Lessons from the past and scenarios for the future*. University of Notre Dame Press.
- van der Eijk, C., & Franklin, M. N. (1996). *Choosing Europe? The european electorate and national politics in the face of union*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- van Elsas, E., & van der Brug, W. (2015). The changing relationship between left-right ideology and euroscepticism, 1973-2010. *European Union Politics*, 16(2), 194-215.
- van Spanje, J., & van der Brug W. (2007). The party as pariah: The exclusion of anti-immigration parties and its effect on their ideological positions. *West European Politics*, 30(5), 1022-1040.
- van Spanje, J. (2010). Parties beyond the Pale: Why some political parties are ostracized by their competitors while others are not. *Comparative European Politics*, 8(3), 354-383.
- van Spanje, J., & de Vreese, C. (2011) So what's wrong with the EU? Motivations underlying the eurosceptic vote in the 2009 european elections. *European Union Politics*, 12(3), 405-429.
- Vasilopoulou, S. (2018) The radical right and euroskepticism. Em J. Rydgren (Ed.), *The oxford handbook of the radical right* (pp. 122-140). Oxford Handbooks Online.
- Voogd, R., & Dassonneville, R. (2020). Are the supporters of populist parties loyal voters? Dissatisfaction and stable voting for populist parties. *Government and Opposition*, 55(3), 349-370.

- Walczak, A., van der Brug, W., & de Vries, C. E. (2012). Long- and short-term determinants of party preferences: inter-generational differences in Western and East Central Europe. *Electoral Studies*, 31(2), 273-284.
- Werts, H., Scheepers, P., & Lubbers, M. (2013). Euro-scepticism and radical right-wing voting in Europe, 2002–2008: Social cleavages, socio-political attitudes and contextual characteristics determining voting for the radical right. *European Union Politics*, 14(2), 183-205.
- Zagórski, P., & Santana, A. (2021). Exit or voice: abstention and support for populist radical right parties in Central and Eastern Europe. *Problems of Post-Communism*, 68(4), 264-278.
- Zimmer, O. (2003). Boundary mechanisms and symbolic resources: Towards a process-oriented approach to national identity. *Nations and Nationalism*, 9(2), 173-193.